

22 Relatório de Gestão

 9

2-10-9-e
Pimenta
MCM





Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and the word "Finanças" written vertically.

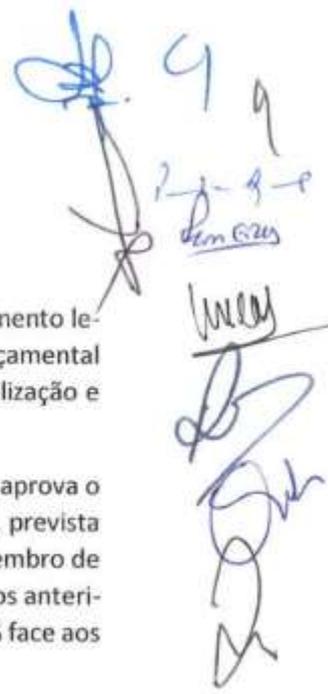
1 INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão de 2014 foi elaborado de acordo com as normas estabelecidas pelo ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, para que dentro dos prazos previstos na Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, com alterações introduzidas, seja apreciado pelo órgão deliberativo e submetido a julgamento do Tribunal de Contas.

Este relatório tem assim por objeto:

- a) Explicitar os níveis de execução conseguidos referenciando-os aos aspetos mais relevantes da atividade municipal, no que respeita à sua natureza económica e financeira;
- b) Permitir, por comparação com os resultados observados nos anos anteriores, identificar linhas e tendências evolutivas da atividade autárquica;
- c) Analisar a situação económica relativa ao exercício, em especial a evolução da gestão nos diferentes setores de atividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicável;
- d) Descrever a situação financeira da Autarquia, considerando alguns indicadores de gestão financeira obtidos a partir do balanço e da demonstração de resultados.
- e) Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo de terceiros e a terceiros nos últimos três anos, individualizando, naquele último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- f) Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício, se aplicável;
- g) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício, caso existam.

Relativamente às condições em que se desenvolveu o Orçamento de 2014, executaram-se todas as Receitas e Despesas dentro do formalismo legal exigido, desenvolvendo-se o Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos, e Plano de Atividades Municipal, de acordo com as regras contabilísticas fixadas nos diplomas legais.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '99', a signature, and the name 'D. M. G. S. S.'.

2 RECURSOS HUMANOS

Considerando a atual conjuntura económica e em cumprimento do enquadramento legal em vigor, o Município de Montemor-o-Velho tem adotado uma política orçamental de restrição das despesas correntes, designadamente no processo de racionalização e otimização dos seus recursos humanos.

Por outro lado, o artigo 63.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei que aprova o Orçamento de Estado para 2014) prevê que "Nos municípios cuja dívida total, prevista no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ultrapasse, em 31 de dezembro de 2013, 2,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, a obrigação de redução do número de trabalhadores é de, no mínimo, 3 % face aos existentes em 31 de dezembro de 2013."

Nesse seguimento, analisado o mapa de pessoal para 2013, constata-se que postos de trabalho ocupados a 31/12/2013 eram 207 (206 por tempo indeterminado e 1 a termo resolutivo certo, não estando contabilizados os postos de trabalho de três trabalhadores que se encontram na situação de licença sem remuneração à mais de 12 meses).

Analisada a realidade do município, no final do exercício de 2014, verifica-se que o Mapa de Pessoal é constituído por 207 postos de trabalho ocupados (202 por tempo indeterminado e 5 a termo resolutivo certo) sendo que se registou uma diminuição de 4 postos de trabalho ocupados, fruto de uma situação de caducidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e de 3 cessações de vínculo por motivo de aposentação.

Não obstante, considera-se vago o posto de trabalho de 2 trabalhadores que viram renovada a concessão da sua licença sem remuneração, completando por isso mais de 12 meses de licença.

- A 01/01/2014 iniciou a comissão de serviço do Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças (trabalhador proveniente de entidade externa à Autarquia);

- A 14/08/2014 foram celebrados 5 contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para a constituição da equipa de Sapadores Florestais.

À semelhança dos anos transatos, não estão contabilizados, no total, 5 postos de trabalho de trabalhadores que se encontram na situação de licença sem remuneração há mais de 12 meses.

Face a tudo quanto se antecede, considerando-se apenas os postos de trabalho ocupados, observada a percentagem de redução imposta pela LOE para 2014 – 3% de 207 equivale a 6 (6,21) postos de trabalho. Se se considerar os trabalhadores, 3% de 212 equivalerá a 6 (6,36) trabalhadores.

O número de efetivos da autarquia em 2014 manteve-se igual ao ano anterior, não obstante a tendência que se tem verificado nos últimos anos no município ser a da redução do número de trabalhadores.

Efetivamente foram desocupados 6 postos de trabalho. No entanto, 6 postos foram ocupados, resultado da necessidade de assegurar a nova orgânica municipal que entrou em vigor a 01/01/2014, bem como a necessidade premente, de carácter imprescindível e essencial, de assegurar e salvaguardar a saúde pública, integridade dos cidadãos, segurança pública e proteção civil dos munícipes, não restando dúvida que a necessidade de contratação tem subjacente a realização e prossecução do interesse público.

Quadro n.º 1_Distribuição de efetivos segundo a relação jurídico de emprego (n.º de trabalhadores)

		Dirigentes Intermédios	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
Comissão de Serviço	M	1	0	0	0	0	0	1
	F	2	0	0	0	0	1 a)	3
	Total	3	0	0	0	0	1	4
CTFP por tempo indeterminado	M	0	21	11	79	4	3	118
	F	0	60	37	11	0	0	78
	Total	0	81 b)	48	90	4	3	196
CTFP a termo resolutivo certo	M	0	0	0	5	0	0	5
	F	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	5	0	0	5
Outra	M	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0
Totais	M	1	21	11	84	4	3	124
	F	2	30	37	11	0	1	81
TOTAL GERAL		3	51	48	95	4	4	205 c)

Observações:

a) Secretária da Vereação

b) Não inclui 1 TS - dirigente - do mapa de pessoal do município

c) Não inclui 2 trabalhadores com licença sem remuneração concedida - ausentes à mais de 6 meses

Destacamos ainda, no ano de 2014, a atividade de gestão de recursos humanos e do conjunto de ações desta área:

Procedimentos concursais:

Para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado:

- 5 postos de trabalho de Assistente Operacional (Sapador Florestal) - SMPC.

Para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado:

- 1 posto de trabalho de Técnico Superior (Área de Engenharia Civil) - UOME;

- 1 posto de trabalho de Técnico Superior (Área de Arquitetura) - DPU;

- 1 posto de trabalho de Técnico Superior (Área de Arquitetura) - DPGT.

Procedimentos concursais suspensos por despacho n.º 50/2013, de 28/03/2015, proferido pelo Presidente da Câmara Municipal e publicado por aviso n.º 13851/2013, na II Série do Diário da República n.º 220, de 13/11/2013:

- 1 posto de trabalho de Assistente Operacional (Auxiliar de Ação Educativa) – UEDCAS;

- 1 posto de trabalho de Técnico Superior (Médico Veterinário Municipal) - SMVSP;

Procedimentos concursais com levantamento da suspensão por despachos n.º 07/2014 e 08/2014, proferidos pelo Presidente da Câmara Municipal em 07/01/2014 e publicados por aviso n.º 1915/2014, na II Série do Diário da República n.º 27, de 07/02/2014.

Contratos por tempo determinado:

- Celebrados: 5

- Renovados: 0

- Rescindidos: 0

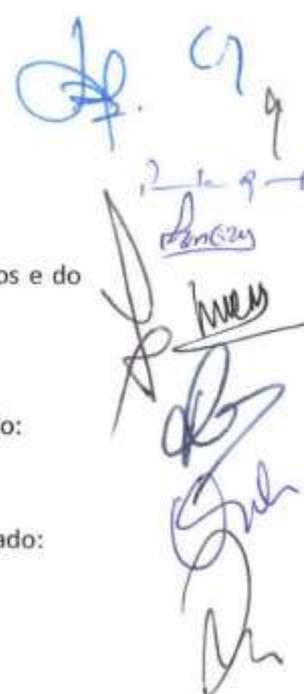
- Caducados: 1

Contratos de Prestação de Serviços:

- Celebrados: 1

- Cessados: 1

Trabalhadores Aposentados: 3



Handwritten signatures and notes in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it, some with dates like '2-1-14' and '2014'.

Estágios Curriculares:

Quadro n.º 2_Estágios Curriculares (un.: n.º de estágios)

Estágio	Orientador/serviço
Técnico de Informática de Gestão	Marco Alexandre Branco Nunes / STIC
Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente	Paula Cristina Nunes de Aguiar / SOEM
Licenciatura Gestão de Eventos	Ana Luisa Cabete Ferreira / GAP
Técnico de Organização de Eventos	António Manuel dos Santos Alves / SOCT
Engenharia Alimentar	Sandra Andreia Dias Madeira Lopes
Técnico de Apoio à Gestão Desportiva	Nuno Santa Rita / Frederico Silva / SJD
Curso Vocacional área agrícola, equivalência 9º ano	Helder António Simões Araújo / SMPC
Curso Técnico de Análise Laboratorial	José António da Costa Pinheiro / SJD
Técnico de Informática de Sistemas	Marco Alexandre Branco Nunes / STIC

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a diagram with arrows and several illegible signatures.

Contratos Emprego Inserção:

- Candidaturas a Contrato Emprego Inserção aprovadas em 2013 que decorrem até 2014: 4
- Trabalhadores subsidiados integrados CEI: 10
- Candidaturas a Contrato Emprego Inserção aprovadas em 2014 que decorrem até 2015: 5
- Trabalhadores subsidiados integrados CEI: 18

Contratos Emprego Inserção +:

- Candidaturas a Contrato Emprego Inserção + aprovadas em 2013 que decorrem até 2014: 0
- Trabalhadores subsidiados integrados CEI +: 0
- Candidaturas a Contrato Emprego Inserção + aprovadas em 2014 que decorrem até 2015: 5
- Trabalhadores subsidiados integrados CEI +: 9

CEI Património:

- Candidaturas a CEI Património aprovadas em 2013 que decorrem até 2014: 3
- Trabalhadores subsidiados integrados CEI Património: 4
- Candidaturas a CEI Património aprovadas em 2014 que decorrem até 2015: 1
- Trabalhadores subsidiados integrados CEI Património: 1



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '9' and an upward arrow, and several illegible signatures.

Estágios Emprego:

- Candidaturas a Estágio Emprego aprovadas em 2013 que decorrem até 2014: 1 (Engenharia Florestal - Serviço Municipal de Proteção Civil);
- Candidaturas a Estágio Emprego aprovadas em 2014 que decorrem até 2015: 4 (1 Engenharia Civil - Divisão de Planeamento e Gestão Territorial; 1 Engenharia Ambiente - Divisão de Ambiente e Obras Municipais; 1 Engenharia Alimentar - Divisão de Desenvolvimento Social);
- Trabalhadores integrados em Estágios Emprego: 5.

Ações de Formação

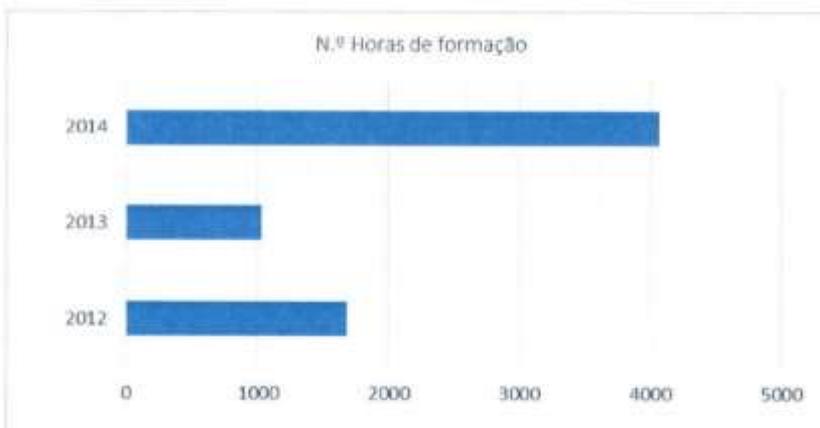
Ações formação promovidas por entidades externas certificadas:

- Inscrição de 223 trabalhadores em 84 ações de formação, cursos, *workshops* e seminários;
- Aumento considerável, comparando com o exercício de 2013, onde 116 trabalhadores frequentaram um total de 38 ações.

Quadro n.º 3_Ações de formação

Designação	2012	2013	2014
N.º Ações de formação	35	38	84
N.º Horas de formação	1682	1026	4069
Custos com formação	210,00 €	1.143,00 €	4.836,30 €

Gráfico 1_N.º Horas de formação (un.: n.º horas)



3 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

3.1 ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E ORÇAMENTO EXECUTADO

A comparação entre os valores previstos no Orçamento Inicial e Final com os montantes executados da Receita e da Despesa, permite obter o grau de execução orçamental em termos absolutos. O Quadro n.º 4 mostra uma taxa de execução da Receita de 28,4% e uma taxa de execução da Despesa de 27,7%.

Para a baixa taxa de execução, quer da receita quer da despesa, contribuíram decisivamente três acontecimentos:

1.º - A falta de visto do Tribunal de Contas aos contratos de empréstimo no âmbito do Reequilíbrio Financeiro, cuja receita no valor de 26.699.800,00€ foi prevista no Orçamento da Receita Capital de 2014;

2.º - A falta de visto do Tribunal de Contas ao contrato de empréstimo no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), cuja receita no valor de 1.050.000,00€ foi prevista no Orçamento da Receita Capital de 2014;

3.º - A não concretização da concessão do sistema de água e saneamento do município, cuja receita no valor de 5.000.000,00€ foi prevista no Orçamento da Receita Corrente de 2014.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '9' and various illegible signatures.

Quadro n.º 4_Execução do Orçamento no Ano 2014 (un.:euro)

Designação	Orçamento		Execução	
	Inicial	Final	Valor	%
Receitas Totais	52.702.300,00	52.702.300,00	14.991.205,56	28,4%
Despesas Totais	52.702.300,00	52.702.300,00	14.600.077,59	27,7%

Conforme se pode observar no Quadro n.º 4, o Orçamento Inicial aprovado, no montante de 52.702.300,00€ foi, durante a execução orçamental do ano de 2014, modificado nas rubricas de Despesa, através de revisões e alterações orçamentais, tendo no entanto finalizado com o mesmo valor de 52.702.300,00€.

Quadro n.º 5_Evolução Orçamental (un.:euro)

Designação	Orçamento Executado		Variação	
	2013	2014	Valor	%
Receitas Totais	16.355.231,25	14.991.205,56	-1.364.025,69	-8,3%
Despesas Totais	16.321.595,59	14.600.077,59	-1.721.518,00	-10,5%



Conforme se pode observar no Quadro n.º 5, a receita orçamental de 2014 atingiu o valor de 14.991.205,56 €, representando, em relação à receita total arrecadada no ano anterior (16.351.231,25€), um decréscimo de 1.364.025,69€ (-8,3%). A despesa orçamental também diminuiu 10,5% (-1.721.518,00€) relativamente à despesa paga no ano de 2013.

Para este resultado de execução orçamental, contribuíram as Receitas Correntes, que registaram uma taxa de execução de 75,4%, o que corresponde a um montante de 13.677.687,54€ arrecadados, enquanto as Receitas de Capital se situaram abaixo dos valores orçamentados com uma execução de 1.313.518,02€, ou seja, uma taxa de execução de apenas 3,8%.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '9' and an upward arrow.

Quadro n.º 6_Execução da Receita no Ano de 2014 (un.: euro)

Designação	Orçamento		Execução	
	Inicial	Final	Valor	%
Receitas Correntes	18.130.000,00	18.130.000,00	13.677.687,54	75,4%
Receitas de Capital	34.572.300,00	34.572.300,00	1.313.518,02	3,8%
Total das Receitas	52.702.300,00	52.702.300,00	14.991.205,56	28,4%

Ao analisar o Quadro n.º 7, que nos mostra a comparação entre a Despesa Orçamentada Inicial, Final e a Executada, verifica-se que as Despesa Correntes tiveram uma execução de 67,0%, a que corresponde um valor de 10.454.671,92€, enquanto as Despesas de Capital tiveram uma execução de 11,2%, a que corresponde um valor de 4.145.405,67€.

Quadro n.º 7_Execução da Despesa no Ano de 2014 (un.: euro)

Designação	Orçamento		Execução	
	Inicial	Final	Valor	%
Despesas Correntes	15.608.000,00	15.608.000,00	10.454.671,92	67,0%
Despesas de Capital	37.094.300,00	37.094.300,00	4.145.405,67	11,2%
Total das Despesas	52.702.300,00	52.702.300,00	14.600.077,59	27,7%

Em termos totais, a Despesa teve uma execução de 27,7%, verificando-se que as Despesas Correntes contribuíram mais para o grau de realização das Despesas Totais, uma vez que a taxa de execução das Despesas de Capital foi de apenas 11,2%.



3.2 POUPANÇA CORRENTE

O princípio do equilíbrio orçamental consagrado no diploma que determina o modelo orçamental e contabilístico das autarquias locais, ao estabelecer que o Orçamento deve prever as Receitas para cobrir as Despesas, não impõe uma mera igualdade contabilística formal, mas exige também uma desigualdade substancial, ou seja a cobertura de certos tipos de Despesa por certos tipos de Receita, obrigando desta forma, a que as Receitas Correntes sejam, pelo menos, iguais às Despesas Correntes.

Esta necessidade nasce da intenção de, por um lado conter o défice municipal e por outro, permitir um orçamento equilibrado com tendência para a formação da Poupança Corrente, com vista ao desenvolvimento das Despesas de Investimento.

A Poupança Corrente não é mais do que a parcela da Receita Corrente, que não foi absorvida pela Despesa Corrente. Uma boa gestão financeira aconselha a que a Poupança Corrente suporte os reembolsos anuais de Capital (Amortizações de Empréstimos) e disponibilize fundos para o financiamento do investimento autárquico.

Em termos de execução orçamental, conforme o apresentado no Quadro n.º 8, foi possível realizar uma Poupança Corrente elevada ao obter-se um excedente de Receita Corrente sobre Despesas da mesma natureza, no montante de 3.223.015,62€.

Quadro n.º 8_ Evolução da Poupança Corrente – 2012 a 2014 (un.: euro)

Designação	2012	2013	2014
(1) RECEITAS CORRENTES	11.230.936,94	12.596.773,53	13.677.687,54
(2) DESPESAS CORRENTES	9.574.408,81	9.746.660,87	10.454.671,92
(3) = (1)-(2) POUPANÇA CORRENTE	1.656.528,13	2.850.112,66	3.223.015,62
(4) AMORTIZAÇÕES EMPRÉSTIMOS	2.347.750,20	1.992.437,07	1.084.545,34
(5) = (3)-(4) POUPANÇA DISPONÍVEL	-691.222,07	857.675,59	2.138.470,28

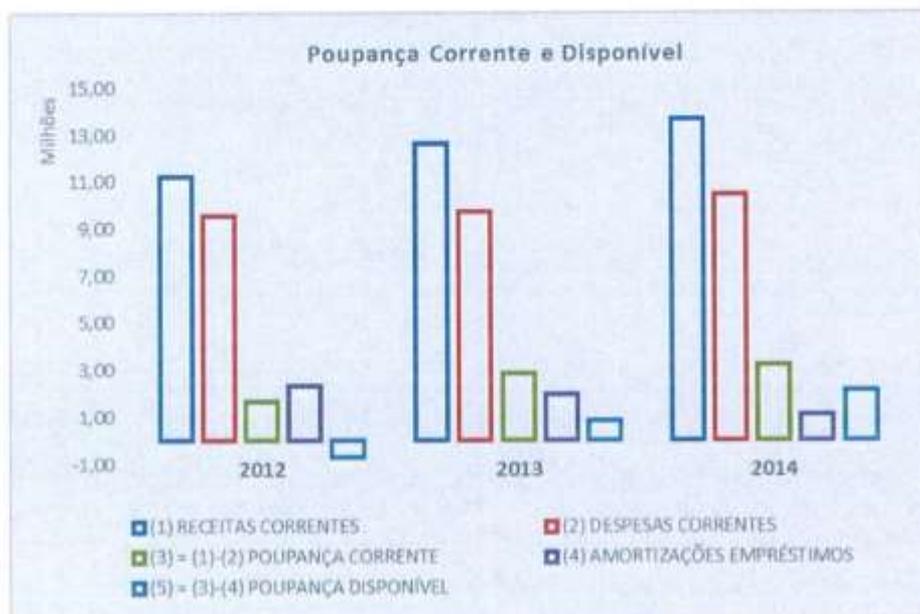
De salientar que a poupança corrente gerada suportou na totalidade os reembolsos anuais de capital (Amortização de Empréstimos), resultando daí uma poupança disponível para investimento no valor de 2.138.470,28€.

Ou seja, com a poupança disponível gerada pela autarquia em 2014 foi possível autofinanciar 79,1% das despesas com investimento (Aquisição de Bens de Capital).

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and the text "Poupança Corrente" and "3.223.015,62€".



Gráfico 2_Poupança Corrente e Disponível (un.: milhão de euro)



9
↑
2-1-9-8
Lances
Inclus
da
Suh
m

3.3 RESUMO DOS MOVIMENTOS FINANCEIROS DA GERÊNCIA DE 2014

3.3.1 MOVIMENTOS ORÇAMENTAIS

O resultado dos movimentos financeiros efetuados durante o ano de 2014, aparecem explicitados no Quadro n.º 9, verificando-se que a entrada de fundos ascenderam a 15.902.215,85 €, dos quais 14.991.205,56€ provenientes de Receitas Orçamentais e 911.010,29 € correspondentes a entradas de fundos por Operações de Tesouraria.

Por sua vez, a Despesa global paga ascendeu a 15.508.424,61€. Em termos orçamentais as Despesas realizadas foram de 14.600.077,59€, e as Receitas arrecadadas foram de 14.991.205,56€, acrescendo a esta diferença o saldo orçamental transitado da gerência anterior, no valor de 297.602,63€, para efeito de determinação do saldo final de 2014.

Quanto às Operações de Tesouraria, arrecadaram-se 911.010,29€, e pagaram-se 908.347,02€ que, com o saldo transitado de 2013 no montante de 166.843,82€, permitirá transitar para a gerência o saldo de 169.507,09€.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and some illegible text.

Quadro n.º 9_Fluxos de Caixa (un.: euro)

Designação	Operações Orçamentais	Operações Tesouraria	Total
(1) Saldo transitado em 2013	297.602,63	166.843,82	464.446,45
(2) Receitas arrecadadas	14.991.205,56	911.010,29	15.902.215,85
(3) Despesas realizadas	14.600.077,59	908.347,02	15.508.424,61
Saldo a transitar para 2015 (1+2-3)	688.730,60	169.507,09	858.237,69

3.3.2 MAPA DE OPERAÇÕES DE TESOURARIA

O mapa de operações de Tesouraria é apresentado com o mesmo nome, que documenta a Conta de Gerência do Município.

O fluxo financeiro de valores entrados em cofre e destinados a outras entidades, durante a gerência de 2014, foi de 911.010,29€ e os movimentos de saída totalizaram 908.347,02€.

3.3.3 MAPA DAS CONTAS DE ORDEM

Com o POCAL as garantias, cauções e recibos para cobrança, ao contrário da anterior contabilidade não estão incluídas no mapa das operações de tesouraria, mas sim no mapa denominado "Mapa das Contas de Ordem". Assim o mapa que se segue regista o movimento de 2014, referente às garantias, cauções e recibos para cobrança em posse da autarquia.

Quadro n.º 10_Contas de Ordem (un: euro)

Saldo da gerência anterior	5.749.511,10	Garantias e cauções acionadas	0,00
Garantias e cauções	5.616.379,79	Garantias e cauções devolvidas	246.132,56
Recibos para cobrança	133.131,31	Receita virtual cobrada	1.752.822,27
Garantias e cauções prestadas	127.229,19	Receita virtual anulada	138.469,58
Receita virtual liquidada	1.910.148,00	Saldo para a gerência seguinte	5.649.463,88
		Garantias e cauções	5.497.476,42
		Recibos para cobrança	151.987,46
Total dos recebimentos	7.786.888,29	Total dos pagamentos	7.786.888,29

3.4 SALDOS DE GERÊNCIA

3.4.1 EVOLUÇÃO DOS SALDOS DAS CONTAS DE GERÊNCIA

Para finalizar a análise da execução global da gerência do ano em causa, importa comparar a mesma com a evolução dos saldos orçamentais de gerência do último triénio.

A análise do saldo orçamental da gerência é relevante quando associado à análise evolutiva das Despesas e das Receitas e confrontando com o desenvolvimento do saldo Corrente (Receitas Correntes – Despesas Correntes) e com o saldo de Capital (Receitas de Capital – Despesas de Capital).

Quadro n.º 11_ Resumo das Contas de Gerência - 2012 a 2014 (un. euro)

Designação	Anos		
	2012	2013	2014
A - Saldo Inicial de Gerência	230.902,52	263.966,97	297.602,63
B - Receitas Correntes	11.230.936,94	12.596.773,53	13.677.687,54
C - Receitas de Capital	10.857.369,49	3.758.457,72	1.313.518,02
D - Receitas Totais (B+C)	22.088.306,43	16.355.231,25	14.991.205,56
E - Despesas Correntes	9.574.408,81	9.746.660,87	10.454.671,92
F - Despesas de capital	12.480.833,17	6.574.934,72	4.145.405,67
G - Despesas Totais (E+F)	22.055.241,98	16.321.595,59	14.600.077,59
H - Saldo Corrente (B-E)	1.656.528,13	2.850.112,66	3.223.015,62
I - Saldo de Capital (C-F)	-1.623.463,68	-2.816.477,00	-2.831.887,65
J - Saldo do Exercício (H+I)	33.064,45	33.635,66	391.127,97
K - Saldo da Gerência (A+J)	263.966,97	297.602,63	688.730,60

Da análise do quadro anterior pode concluir-se que as contas do último triénio apresentam uma situação global equilibrada, evidenciando um saudável Saldo Corrente.

3.4.2 – SALDO FINAL DA GERÊNCIA DE 2014

O saldo final da conta de gerência do ano de 2014, incluindo Operações de Tesouraria, é de 858.367,42€, e encontra-se assim distribuído:

Quadro n.º 12_Saldo Final de Gerência de 2014 (un. euro)

Designação	valor
Da Conta de Execução Orçamental	688.730,60
Da Conta de Operações de Tesouraria	169.507,09
Total	858.237,69

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and the name 'Luca' written in a stylized font.



4 ANÁLISE FINANCEIRA DE GESTÃO

4.1 RECEITA

Este ponto visa decompor a Receita nas suas principais categorias, para que se torne perceptível não só a dimensão e o peso relativo de cada uma delas no total, mas também poder observar a evolução registada ao nível da Receita efetiva, por comparação com exercícios anteriores.

4.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA

Com base no Quadro n.º 13 – Evolução das Receitas, constata-se que as Receitas Totais diminuíram no último triénio, passando de 22.088.306,43€ em 2012, para 14.991.205,56€ em 2014, o que corresponde a uma redução de 32,1% significando em valor absoluto um decréscimo de 7.097.100,87€.

Este decréscimo acentuado verificou-se não na Receita Corrente, que aumentou neste período 2.446.750,60€ (+21,8%), mas na Receita de Capital que, de 2012 para 2014 sofreu uma forte redução de 87,9% (-9.543.851,47€).

Quadro n.º 13_Evolução das Receitas – 2012 a 2014 (un.: euro)

Designação	Anos		
	2012	2013	2014
Receitas Correntes	11.230.936,94	12.596.773,53	13.677.687,54
Receitas de Capital	10.857.369,49	3.758.457,72	1.313.518,02
Receitas Totais	22.088.306,43	16.355.231,25	14.991.205,56

Observando o Quadro nº 14, relativo à evolução da Receita global do ano de 2014, face ao ano de 2013, verifica-se que houve uma quebra de 8,3% que em valor absoluto se traduz numa diminuição de 1.364.025,69€, da receita da Autarquia.

A estrutura da Receita cobrada no ano em análise alterou-se, mantendo-se no entanto o peso crescente das Receitas Correntes sobre as Receitas de Capital. Efetivamente, as Receitas Correntes representaram, em 2013, 77,0% do total das Receitas cobradas, enquanto que em 2014 representaram 91,2 % do valor arrecadado.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "Emissão" and several illegible signatures.



Por outro lado, as Receitas de Capital em 2014 representaram 8,8% das Receitas totais, contra 23,0% no ano anterior. Em 2014 assistimos a uma diminuição das Receita Correntes (-0,5%), representando uma diminuição - 146.879,42€, tendo as Receitas de Capital apresentado também uma quebra comparativamente ao ano anterior (-63,2%), ou seja, do - 6.961.350,61€.

Quadro n.º 14_Evolução da Receita 2013/2014 (un.: euros)

RECEITA TOTAL	2013		2014		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Impostos Directos	3.049.425,00	18,6%	3.572.089,61	23,8%	522.664,61	17,1%
Impostos Indirectos	49.281,42	0,3%	48.672,31	0,3%	-609,11	-1,2%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.107.677,41	6,8%	1.207.396,01	8,1%	99.718,60	9,0%
Rendimentos de Propriedade	3.835,11	0,0%	4.078,67	0,0%	243,56	6,4%
Transferências Correntes	6.469.149,41	39,6%	6.979.162,73	46,6%	510.013,32	7,9%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.725.088,47	10,5%	1.698.839,34	11,3%	-26.249,13	-1,5%
Outras Receitas Correntes	192.316,71	1,2%	167.448,87	1,1%	-24.867,84	-12,9%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	12.596.773,53	77,0%	13.677.687,54	91,2%	1.080.914,01	8,6%
Vendas de Bens de Investimento	8.923,03	0,1%	0,00	0,0%	-8.923,03	-100,0%
Transferências de Capital	3.277.003,19	20,0%	1.164.675,26	7,8%	-2.112.327,93	-64,5%
Activos Financeiros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Passivos Financeiros	450.000,00	2,8%	0,00	0,0%	-450.000,00	-100,0%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,0%	70.795,42	0,5%	70.795,42	100,0%
Reposições não abatidas nos pagamen	22.531,50	0,1%	78.047,34	0,5%	55.515,84	246,4%
TOTAL RECEITAS CAPITAL	3.758.457,72	23,0%	1.313.518,02	8,8%	-2.444.939,70	-65,1%
TOTAL GLOBAL	16.355.231,25	100,0%	14.991.205,56	100,0%	-1.364.025,69	-8,3%

4.1.2 – RECEITAS FISCAIS

As Receitas Fiscais são uma das principais fontes de Receitas Próprias da autarquia, interessando por isso desenvolver um estudo mais detalhado desta Receita tributária.

As Receitas Fiscais são compostas pelos Impostos Directos (Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Único de Circulação, Imposto Municipal de Transmissão Onerosa sobre Imóveis e Derramas), pelos Impostos Indirectos e pelas Taxas, Multas e Outras Penalidades.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a diagram with arrows and the number '9'.

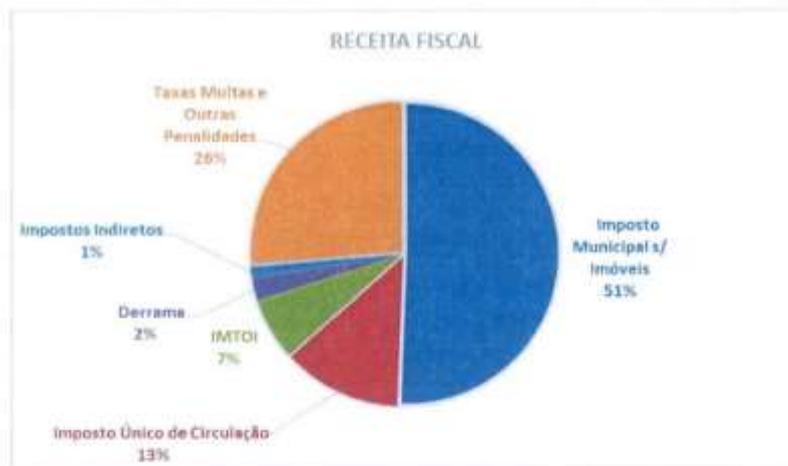
Quadro n.º 15_Estrutura e Evolução das Receitas Fiscais 2013/2014 (un.: euro)

Designação	2013		2014		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
Impostos Diretos	3.049.425,00	72,5%	3.572.089,61	74,0%	522.664,61	17,1%
Imposto Municipal s/ Imóveis	2.130.942,95	50,7%	2.601.007,26	53,9%	470.064,31	22,1%
Imposto Único de Circulação	533.920,81	12,7%	515.192,35	10,7%	-18.728,46	-3,5%
IMT	282.494,07	6,7%	333.457,41	6,9%	50.963,34	18,0%
Derrama	102.067,17	2,4%	122.432,59	2,5%	20.365,42	20,0%
Impostos Indiretos	49.281,42	1,2%	48.672,31	1,0%	-609,11	-1,2%
Taxas Multas e Outras Penalidades	1.107.677,41	26,3%	1.207.396,01	25,0%	99.718,60	9,0%
Total das Receitas Fiscais	4.206.383,83	100,0%	4.828.157,93	100,0%	621.774,10	14,8%

As Receitas Fiscais representaram 32,2% do total das Receitas em 2014, e 35,3% do total das Receitas Correntes. Verifica-se que a arrecadação de Receita Fiscal em 2014 (4.828.157,93€), foi superior ao ano de 2013 em 14,8%, o que representa em valores absolutos um acréscimo de 621.774,10 € que se deve essencialmente às receitas provenientes do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis (+522.664,61€).

Na generalidade mantém-se a estrutura existente no ano anterior, continuando a maior parte dos valores da Receita Fiscal a terem origem nos Impostos Diretos (74%).

Gráfico n.º 3_Distribuição Receitas Fiscais em 2014 (un.: %)



Handwritten notes in blue ink, including a large number '9' and various arrows and signatures.

4.2 DESPESA

Este ponto visa decompor a Despesa nas suas principais categorias, para que se torne perceptível não só a dimensão e o peso relativo de cada uma delas no total, mas também poder observar a evolução registada ao nível da Despesa Paga, por comparação com exercícios anteriores.

4.2.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA

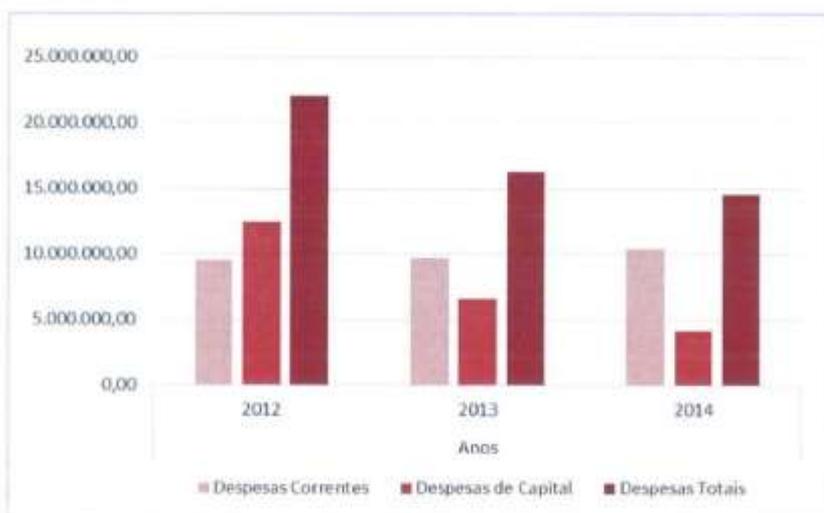
Quadro n.º 16_Evolução da Despesa de 2012 a 2014 (un.: euro)

Designação	Anos		
	2012	2013	2014
Despesas Correntes	9.574.408,81	9.746.660,87	10.454.671,92
Despesas de Capital	12.480.833,17	6.574.934,72	4.145.405,67
Despesas Totais	22.055.241,98	16.321.595,59	14.600.077,59

No último triénio a Despesa Total autárquica sofreu uma oscilação no sentido descendente, passando de 22.055.241,98€ em 2012, para 14.600.077,59€ em 2014, representando assim um decréscimo de 7.455.164,39€ (-33,8%).

Ao analisar o Quadro n.º 16, podemos observar que a Despesa Total atingiu os 33.524.462,04 €, menos 2.647.179,22 que o valor contabilizado em 2013, o que traduz uma diminuição de -7,3%.

Gráfico n.º 4_Evolução da Despesa Municipal (un.: euro)



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '9' and various illegible signatures.



Quadro n.º 17_ Resumo da Despesas 2013/2014 (un.: euro)

DESPESA TOTAL	2013		2014		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Despesas com o Pessoal	4.194.853,27	25,6%	4.083.825,15	27,2%	-111.028,12	-2,6%
Aquisição de Bens e Serviços	4.267.974,47	26,1%	5.095.814,15	34,0%	827.839,68	19,4%
Juros e Outros Encargos	834.346,78	5,1%	598.500,81	4,0%	-235.845,97	-28,3%
Transferências Correntes	404.345,96	2,5%	476.381,52	3,2%	72.035,56	17,8%
Subsídios	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Outras Despesas Correntes	45.140,39	0,3%	200.150,29	1,3%	155.009,90	343,4%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	9.746.660,87	59,6%	10.454.671,92	69,7%	708.011,05	7,3%
Aquisição de Bens de Capital	4.232.017,65	25,9%	2.701.973,28	18,0%	-1.530.044,37	-36,2%
Transferências de Capital	350.480,00	2,1%	314.772,05	2,1%	-35.707,95	-10,2%
Activos Financeiros	0,00	0,0%	44.115,00	0,3%	44.115,00	0,0%
Passivos Financeiros	1.992.437,07	12,2%	1.084.545,34	7,2%	-907.891,73	-45,6%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	100,0%
TOTAL DESPESAS CAPITAL	6.574.934,72	40,2%	4.145.405,67	27,7%	-2.429.529,05	-37,0%
TOTAL GLOBAL	16.321.595,59	99,8%	14.600.077,59	97,4%	-1.721.518,00	-10,5%

Atendendo à estrutura da Despesa constata-se que alterações relativamente ao ano anterior, nomeadamente no que se refere ao aumento do peso das Despesas Correntes na Despesa Total e acentuada diminuição das Despesas de Capital. Com efeito, as Despesas Correntes corresponderam em 2014 a 71,6% da Despesa Total, enquanto que no ano anterior tinham um peso de 59,7%. As Despesas de Capital diminuíram assim o seu peso na estrutura da Despesa Municipal passando de 40,3% em 2013, para 28,4% no ano de 2014.

4.2.2 – DESPESAS CORRENTES

Conforme se verifica no Quadro n.º 17, a Despesa Corrente paga totalizou, em 2014, 10.454.671,92€ registando-se um aumento em termos absolutos de 708.011,05€ (+ 7,3%), relativamente ao ano de 2013.

Da estrutura das Despesas Correntes, em 2014, regista-se que as componentes que contribuíram mais para esta subida foram as Despesas com Aquisição de Bens e Serviços (Correntes), devido em grande parte ao pagamento das despesas relativas aos anteriores e que se encontravam em dívida.

As Despesas com Pessoal absorveram em 2014, 39,1% do total das Despesas Correntes efetuadas pela autarquia, enquanto que em 2013 as mesmas despesas tiveram um peso de 43,0%.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '9', a signature, and other illegible markings.

4.2.3 – DESPESAS DE CAPITAL

Os quadros seguintes permitem observar a desagregação das Despesas de Capital, indicando a evolução de cada um dos agrupamentos, relativamente ao ano económico de 2014.

As importâncias registadas na conta do Município, totalizaram 4.145.405,67€, em Despesas de Capital. A taxa de execução orçamental da Despesa de Capital atingiu assim os 11,2%, fortemente influenciada pela não efetivação dos contratos de empréstimo no âmbito do Reequilíbrio Financeiro.

Quadro n.º 18_Estrutura e Grau de Execução das Despesas de Capital 2014 (un.:euro)

DESPESA TOTAL	Orçamento		Execução		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	Peso	Valor	Peso		
Despesas com o Pessoal	4.664.300,00	8,9%	4.083.825,15	28,0%	-580.474,85	87,6%
Aquisição de Bens e Serviços	7.482.900,00	14,2%	5.095.814,15	34,9%	-2.387.085,85	68,1%
Juros e Outros Encargos	2.324.800,00	4,4%	598.500,81	4,1%	-1.726.299,19	25,7%
Transferências Correntes	857.700,00	1,6%	476.381,52	3,3%	-381.318,48	55,5%
Subsídios	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Outras Despesas Correntes	278.300,00	0,5%	200.150,29	1,4%	-78.149,71	71,9%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	15.608.000,00	29,6%	10.454.671,92	71,6%	-5.153.328,08	67,0%
Aquisição de Bens de Capital	13.058.780,00	24,8%	2.701.973,28	18,5%	-10.356.806,72	20,7%
Transferências de Capital	449.150,00	0,9%	314.772,05	2,2%	-134.377,95	70,1%
Activos Financeiros	44.200,00	0,1%	44.115,00	0,3%	-85,00	99,8%
Passivos Financeiros	23.539.600,00	44,7%	1.084.545,34	7,4%	-22.455.054,66	4,6%
Outras Despesas de Capital	2.570,00	0,0%	0,00	0,0%	-2.570,00	0,0%
TOTAL DESPESAS CAPITAL	37.094.300,00	70,4%	4.145.405,67	28,4%	-32.948.894,33	11,2%
TOTAL GLOBAL	52.702.300,00	100,0%	14.600.077,59	100,0%	-38.102.222,41	27,7%

4.3 ENVIDADAMENTO MUNICIPAL

4.3.1 LIMITES E ENVIDADAMENTO MUNICIPAL

O ano de 2014, foi marcado pela entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro o RFALEI - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, estabelecendo o seu art.º 52.º um novo conceito de endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais.



Das operações orçamentais aqui definidas constam os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto das instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Dispõe o artigo 52.º, da Lei acima referida, que o limite da dívida total não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

O endividamento municipal é também influenciado pelas diferentes entidades participadas pelos municípios, conforme estabelecido no artigo 54.º do RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, sendo que as entidades relevantes para efeitos do limite da dívida total, são os serviços municipalizadas e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais, as entidades associativas municipais, as empresas locais participadas, as cooperativas e as fundações, bem com as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município.

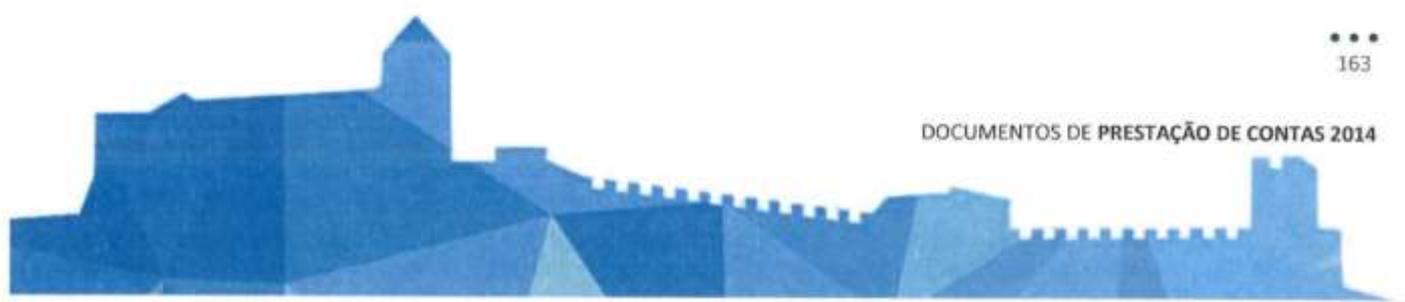
Assim a dívida total das operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento que o artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 estabelece, bem como para aferir os municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (art.º 61.º).

Em conformidade com o estabelecido no Orçamento de Estado para o ano de 2014, o Limite da Dívida Total do Município, calculado com base no art.º 52.º do RFALEI, é de 17.102.331,35€, conforme se pode observar nos mapas incluídos no capítulo 10 – Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.

A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), estipula no n.º 2 do art.º 97.º que para o ano de 2014, para efeitos de apuramento do endividamento nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total a considerar é a existente a 31 de dezembro do ano de 2013.

Assim, verifica-se que o endividamento do município juntamente com as entidades participadas ultrapassa o limite da dívida total, apresentando um montante em excesso de -7.964.786,81€.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '9' and '21.9' with arrows pointing to the text.



4.3.2 - ESTRUTURA DA DÍVIDA – Empréstimos de médio e longo Prazo, Fornecedores c/c e Fornecedores de Imobilizado.

A quantificação da dívida encontra-se discriminada no quadro seguinte e totalizava 22.449.072,56€ no final de 2014.

A autarquia não recorreu a empréstimos bancários e baixou a dívida de empréstimos a médio e longo prazo em 243.108,96€ (-1,3%), relativamente ao ano de 2013.

Também a dívida de curto prazo (Fornecedores/Empreiteiros) diminuiu, passando de 4.639.402,67€ para 3.759.794,09€, ou seja, uma forte redução de 19,0% (-879.608,58€), comparativamente ao ano anterior.

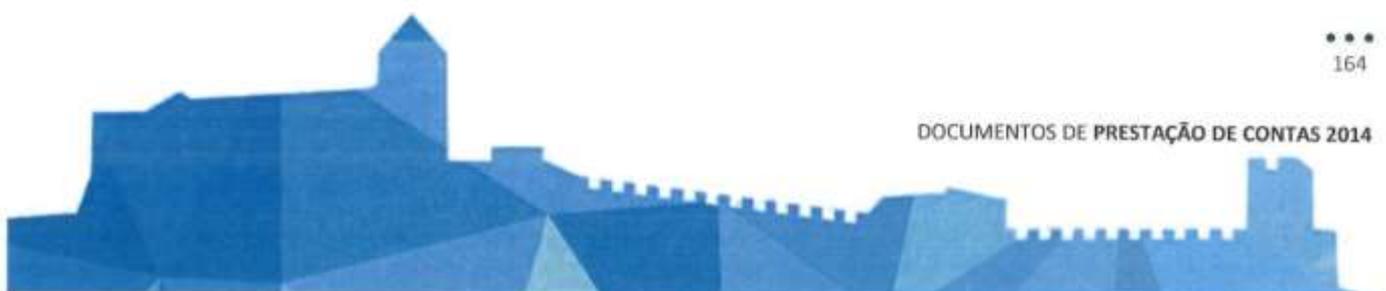
[Handwritten signatures and notes in blue ink, including the name 'Américo']

Quadro n.º 19_Evolução e Estrutura da Dívida Municipal de 2012 a 2014 (un.: euro)

Designação	2012		2013		2014	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
Empréstimos de Médio/Longo Prazo	20.293.354,02	79,9%	18.932.387,43	80,3%	18.689.278,47	83,3%
Dívidas a Fornecedores e Empreiteiros (Contas 22.1, 22.8,26.11, 26.18)	5.119.790,12	20,1%	4.639.402,67	19,7%	3.759.794,09	16,7%
Dívida Municipal	25.413.144,14	100,0%	23.571.790,10	100,0%	22.449.072,56	100,0%

Ao observarmos o Quadro n.º 19, constata-se que a Dívida Municipal, constituída por Empréstimos de Médio e Longo Prazo e Dívidas a Fornecedores e Empreiteiros, nos últimos três anos sofreu uma redução significativa, passando de 25.413.144,14€ em 2012 para 23.571.790,10€ em 2014, ou seja, uma redução de 2.964.071,58€ (-11,7%).

Por outro lado, mantém-se a estrutura da Dívida Municipal, representando os Empréstimos Bancários de Médio e Longo Prazo 83% da total do endividamento da autarquia no final de 2014



4.3.3 – SERVIÇO DA DÍVIDA

Para melhor compreender as implicações do peso da dívida na Despesa Total da autarquia, interessa conhecer os montantes despendidos anualmente com o Serviço da Dívida, ou seja, os juros, outros encargos e amortizações daí decorrentes.

Quadro n.º20_Evolução e Estrutura do Serviço da Dívida de 2012 a 2014 (un.: euro)

Designação	2012		2013		2014	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
Juros e outros encargos	1.037.016,78	30,6%	834.346,78	29,5%	598.500,81	35,6%
Amortizações	2.347.750,20	69,4%	1.992.437,07	70,5%	1.084.545,34	64,4%
Serviço da Dívida	3.384.766,98	100,0%	2.826.783,85	100,0%	1.683.046,15	100,0%

Verifica-se então, que no ano de 2014, os Juros (Bancários e outros) representam 35,6% do Serviço da Dívida, enquanto as Amortizações de Empréstimos representam 64,4%.

4.3.4 – OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

No âmbito da dívida interessa conhecer, relativamente à dívida faturada de fornecedores e empreiteiros, os encargos que ficam anualmente por regularizar, assim como a parcela dessa dívida que é coberta pelo saldo final da conta de gerência.

O quadro seguinte fornece os montantes relativos a dívida faturada por fornecedores e empreiteiros, ou seja, as outras dívidas a terceiros - valores correspondentes a despesas assumidas e faturadas, que não foram pagas até ao final do ano económico.

Quadro n.º 21_Outras Dívidas a Terceiros (un.: euro)

Designação	Anos		
	2012	2013	2014
Outras Dívidas a Terceiros	5.119.790,12	4.639.402,67	3.759.794,09
Saldo Final da Conta	263.966,97	297.602,63	688.730,60
Saldo Final da Conta/Outras Dív. A Terceiros	5%	6%	18%

Verifica-se assim que os compromissos assumidos faturados e por pagar em 2014 ascenderam a 3.759.794,09 € (contas 22.1, 22.8 e 26.11 e 26.18 do Balanço), enquanto que o Saldo Final da Conta totalizou 688.730,60 € ou seja, cobriu os Encargos Assumidos e Não Pagos em 18%.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the top and the word "Juros" written vertically.



5 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Conforme previsto pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), o Balanço e o Sistema Contabilístico espelham a situação patrimonial da Autarquia a 31 de Dezembro de 2014.

Quadro n.º 22_Balanço Sintético a 31 de Dezembro de 2014 (un:euro)

Designação	Anos				Variação 2013/2014	
	2013		2014		Valor	%
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		
Imobilizado	119.832.460,34	98,1%	116.806.130,66	94,0%	-3.026.329,68	-2,5%
Existências	155.063,17	0,1%	179.869,34	0,1%	24.806,17	16,0%
Dívidas de terceiros - curto prazo	1.532.930,74	1,3%	2.493.717,46	2,0%	960.786,72	62,7%
Disponibilidades	464.446,45	0,4%	858.237,69	0,7%	393.791,24	84,8%
Acréscimos e Diferimentos	183.509,17	0,2%	3.873.341,70	3,1%	3.689.832,53	2010,7%
Activo Líquido	122.168.409,87	100,0%	124.211.296,85	100,0%	2.042.886,98	1,7%
Património	72.580.624,04	112,8%	71.625.970,68	107,1%	-954.653,36	-1,3%
Ajustamentos em partes de capital	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Reservas	1.312.894,61	2,0%	1.312.894,61	2,0%	0,00	0,0%
Resultados transitados	-9.494.991,26	-14,8%	-6.585.374,90	-9,8%	2.909.616,36	-30,6%
Resultado Líquido do Exercício	-30.774,55	0,0%	532.119,94	0,8%	562.894,49	-1829,1%
Fundos Próprios	64.367.752,84	100,0%	66.885.610,33	99,2%	1.954.963,00	3,0%
Provisões para riscos e encargos	649.652,81	1,1%	1.307.037,45	2,3%	657.384,64	101,2%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	18.932.387,43	32,8%	19.368.853,40	33,8%	436.465,97	2,3%
Dívidas a terceiros - curto prazo	8.656.398,75	15,0%	6.649.040,81	11,6%	-2.007.357,94	-23,2%
Acréscimos e Diferimentos	29.562.218,04	51,1%	30.000.754,86	52,3%	438.536,82	1,5%
Passivo	57.800.657,03	100,0%	57.325.686,52	100,0%	-474.970,51	-0,8%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	122.168.409,87		124.211.296,85		1.479.992,49	1,2%

A variação positiva registada ao nível do ativo líquido (+1,7% relativamente ao ano de 2013), ocorreu essencialmente devido ao aumento do valor dos Acréscimos e Diferimentos (+3.689.832,53€), enquanto que o Imobilizado diminuiu -3.026.329,68€ (-2,5%).

Os Fundos Próprios atingiram o valor de 66.885.610,33€, tendo contribuído para a variação dos mesmos o aumento dos Resultados Transitados, ainda que permaneçam negativos, e o Resultado Líquido do Exercício que apresentou um valor positivo de 532.119,94€, invertendo assim a tendência de resultados negativos apresentados pela autarquia nos últimos anos.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a signature at the top and another at the bottom.

As provisões para riscos e encargos registaram um aumento significativo de 101,2%, comparativamente ao ano anterior, o que em valor absoluto representa um acréscimo no valor de 657.384,64€, dando-se assim cumprimento ao disposto no POCAL e às recomendações dos auditores externos.

O Passivo a curto prazo registou uma queda de -23,2% o que em termos absolutos significou uma diminuição de -2.007.357,94€.

Os Resultados Operacionais atingiram o valor negativo de 992.483,65€, tendo registado uma variação pouco significativa face ao exercício anterior.

Em 2014 registou-se um pequeno aumento dos Custos com o Pessoal (+0,4%). No entanto este aumento não resultou do aumento das Remunerações, que registaram uma diminuição de 3.85.954,04€ para 3.263.948,72€, mas sim do acréscimo dos custos com Encargos. Os Fornecimentos e Serviços externos (FSE) registaram uma pequena diminuição comparativamente ao ano anterior (-23.991,68€).

Do lado dos Proveitos houve um aumento substancial com os Impostos e Taxas (+701.100,53€) comparativamente ao ano de 2013, enquanto que as Transferências e Subsídios Obtidos diminuíram em -133.439,50€.

Em consequência, o Resultado Líquido do Exercício comparativamente ao ano anterior, registou uma variação positiva de 562.894,49€.

Handwritten notes and signatures in blue ink:
 - A large signature at the top right.
 - A signature below it with the word "FSE" written next to it.
 - Another signature below that with the word "meas" written next to it.
 - A final signature at the bottom of the notes.

Gráfico n.º 5_Evolução do Passivo Municipal (un.: euro)



Quadro n.º 23_ Indicadores Orçamentais

Indicadores Orçamentais	2013	2014	Variação (%) 2013/2014
Receita total / Despesa total	100,2%	102,7%	2,5%
Receita total - Passivo financeiro / Despesa total - Amortização	97,4%	102,7%	5,4%
Receitas correntes executadas / Receitas correntes orçadas	100,0%	75,4%	-24,5%
Receita total corrente do ano n / Receita total corrente do ano	112,2%	108,6%	-3,2%
Impostos e taxas / Receitas correntes	33,4%	35,3%	5,7%
Impostos e taxas do ano n / Impostos e taxas do ano n-1	116,6%	114,8%	-1,5%
Transferências correntes / Receitas correntes	51,4%	51,0%	-0,6%
Receitas correntes / Receitas totais	77,0%	91,2%	18,5%
Despesas correntes executadas / Despesas correntes orçadas	60,0%	67,0%	11,7%
Despesas com o pessoal / Despesas correntes	43,0%	39,1%	-9,2%
Transferências correntes efectuadas / Despesas correntes	4,1%	4,6%	9,8%
Despesas de capital executadas / Despesas de capital orçadas	17,2%	11,2%	-35,1%
Despesas de capital / Despesas totais	40,3%	28,4%	-29,5%
Juros pagos / Receita corrente	6,6%	4,4%	-33,9%
Despesas correntes do ano n / Despesas correntes do ano n-1	101,8%	107,3%	5,4%
Serviço da dívida / Receita corrente	22,4%	12,3%	-45,2%
Dívidas / Receita corrente	12,2%	46,5%	281,1%
Investimentos do ano n / Investimentos do ano n-1	52,7%	63,0%	19,7%

Handwritten notes and signatures:
 9
 ? - j - p - e
 com G20
 muel
 [Signature]

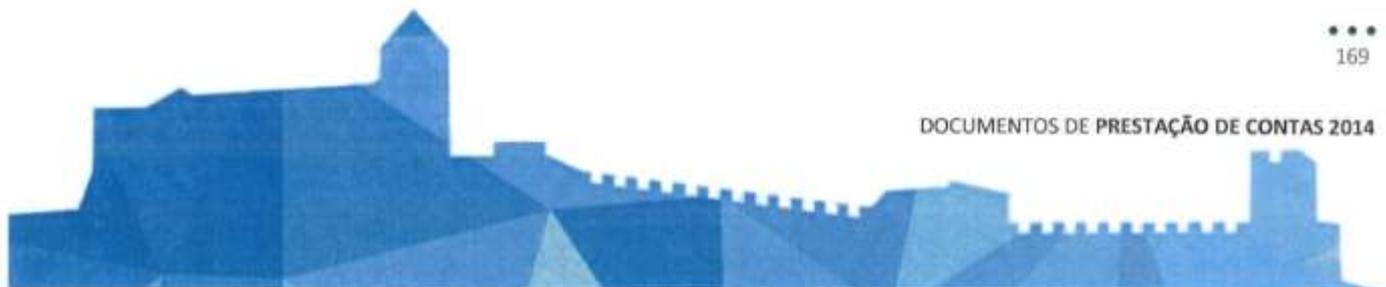
Quadro n.º 24_ Indicadores Patrimoniais

Indicadores Patrimoniais	2013	2014	Variação (%) 2013/2014
Imobilizado líquido do ano n / Imobilizado líquido do ano n-1	99,5%	97,5%	-2,1%
Amortizações acumuladas / Activo bruto	0,0%	0,0%	0,0%
Disponibilidades do ano n / Disponibilidade do ano n-1	117,9%	184,8%	56,7%
Proveitos diferidos do ano n / Proveitos diferidos do ano n-1	99,9%	99,5%	-0,5%
Dívidas a pagar a curto prazo do ano n / Dívidas a pagar a curto	97,8%	84,0%	-14,1%
Dívidas a médio e longo prazo do ano n / Dívidas a médio e lo	93,3%	102,3%	9,7%
Dívidas a pagar / Activo Líquido	22,7%	21,6%	-5,1%
Dívidas a receber do ano n / Dívidas a receber do ano n-1	163,0%	413,8%	153,9%
Ajustamentos / Dívidas a receber	0,0%	0,0%	n/d
Resultado líquido / Fundos Próprios	0,0%	0,8%	-1764,0%
Proveitos totais do ano n / Proveitos totais do ano n-1	99,6%	105,3%	5,7%
Vendas e Prestação de serviços do ano n / Vendas e prestação	97,5%	96,6%	-1,0%
Transferências recebidas do ano n / Transferências recebidas	100,7%	98,3%	-2,3%
Proveitos totais / Custos totais	99,8%	103,4%	3,6%
Custos totais do ano n / Custos totais do ano n-1	99,6%	105,3%	5,7%
Fornecimentos e serviços externos do ano n / Fornecimentos e	95,0%	99,4%	4,7%
Custos com o pessoal / Custos totais	27,0%	26,7%	-1,2%

Quadro n.º 25_ Indicadores Económicos

Indicadores Económicos	2013	2014	Variação (%) 2013/2014
Estrutura do Activo			
Activo fixo / Activo total	98,1%	94,0%	-4,1%
Activo circulante / Activo total	1,9%	6,0%	211,8%
Activo fixo / Activo circulante	5129,9%	1577,4%	-69,3%
Estrutura do Passivo			
Passivo longo prazo / Passivo exigível	68,2%	72,3%	6,0%
Passivo curto prazo / Passivo exigível	31,8%	27,7%	-13,0%
Passivo curto prazo / Passivo longo prazo	46,6%	38,3%	-17,9%
Análise do Activo Fixo			
Activo fixo / Endividamento a médio longo prazo	632,9%	603,1%	-4,7%
Análise do Passivo exigível			
-Coeficiente de endividamento			
Passivo exigível / Fundos Próprios	43,1%	40,0%	-7,2%
-Coeficiente de endividamento a curto prazo			
Exigível a curto prazo / Fundos Próprios	13,7%	11,1%	-19,2%
-Coeficiente de endividamento a longo prazo			
Exigível a médio longo prazo / Fundos Próprios	29,4%	29,0%	-1,5%
Exigível a médio longo prazo / Imobilizado Corpóreo	23,9%	25,1%	5,2%
Grau de autonomia			
Fundos próprios / Activo	52,7%	53,8%	2,2%
Índice de Liquidez Imediata			
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	0,1	0,1	120,0%
Índice de Solvência			
Activo / Passivo exigível	4,4	4,6	5,4%
Índice de Liquidez Geral			
Activo circulante / Exigível de curto prazo	0,2	1,0	308,5%
Índice de Liquidez Reduzida			
Activo circulante - Existências / Exigível de curto prazo	0,2	1,0	329,5%
Índice de Solvabilidade			
Fundos próprios / Capital alheio	2,3	2,6	10,2%
Fundo de Manolo			
Activo circulante - Passivo circulante	-6.501.120,6	744.714,1	7.245.834,75

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and some illegible text.



6 CONTABILIDADE DE CUSTOS

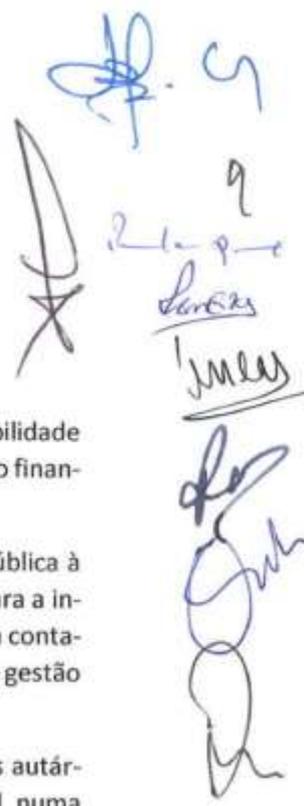
Enquadramento

O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), o qual consubstanciou a reforma da administração financeira e das contas públicas no sector da administração autárquica.

O POCAL consiste na adaptação das regras do Plano Oficial de Contabilidade Pública à administração local, tendo como principais objetivos, "a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade pública moderna, que constitua um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais e permita:

- O controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspectiva de caixa e de compromissos;
- O estabelecimento de regras e procedimentos específicos para a execução orçamental e modificação dos documentos previsionais, de modo a garantir o cumprimento integrado, a nível dos documentos previsionais, dos princípios orçamentais, bem como a compatibilidade com as regras previsionais definidas;
- Atender aos princípios contabilísticos definidos no POCP, retomando os princípios orçamentais estabelecidos na lei de enquadramento do Orçamento do Estado, nomeadamente na orçamentação das despesas e receitas e na efetivação dos pagamentos e recebimentos;
- Na execução orçamental, devem ser tidos sempre em consideração os princípios da mais racional utilização possível das dotações aprovadas e da melhor gestão de tesouraria;
- Uma melhor uniformização de critérios de previsão, com o estabelecimento de regras para a elaboração do orçamento, em particular no que respeita à previsão das principais receitas, bem como das despesas mais relevantes das autarquias locais;
- A obtenção expedita dos elementos indispensáveis ao cálculo dos agregados relevantes da contabilidade nacional;
- A disponibilização de informação sobre a situação patrimonial de cada autarquia local."

No atual contexto de escassez de recursos financeiros, obrigando cada vez mais a uma utilização de recursos ponderada e racional, a Contabilidade de Custos assume um papel preponderante no apoio à gestão e tomada de decisão dos órgãos autárquicos.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and the name 'Luis' written vertically.

Através da produção de informação - conseguida pela agregação dos custos, e após análise do montante suportado com as diversas atividades e obras municipais, a contabilidade de custos possibilita uma gestão mais eficaz dos recursos financeiros disponíveis, permitindo adequar a execução orçamental à realidade do Município.

7.1 Introdução

Dando cumprimento ao disposto no POCAL, nomeadamente ao ponto 2.8.3, este Município tem desenvolvido desde o ano de 2012 o sistema de contabilidade de custos, tendo vindo a proceder desde a sua implementação à sua melhoria contínua para que o mesmo se adequa à realidade do Município. Os esforços de melhoria contínua desenvolvidos visam não só uma maior abrangência mas igualmente a qualidade de informação proporcionada por este sistema de contabilidade.

No que se refere ao tratamento dos custos e perdas do Município, os mesmos foram repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporáveis, tendo-se sentido, contudo, algumas dificuldades motivadas pela informação prestada, mostrando-se em alguns casos inexistente.

Com a elaboração do presente relatório procede-se à análise sumária dos mapas obrigatórios da contabilidade de custos previstos no ponto 2.8.3.6 do POCAL.

De acordo com o citado ponto, *“os documentos da contabilidade de custos, cujo conteúdo mínimo obrigatório consta do presente diploma, consubstanciam-se nas seguintes fichas:*

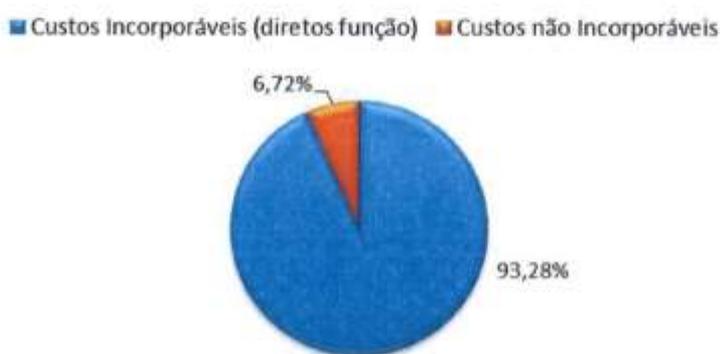
- a) *Materiais (CC-1);*
- b) *Cálculo de custo/hora da mão-de-obra (CC-2);*
- c) *Mão-de-obra (CC-3);*
- d) *Cálculo do custo/hora de máquinas e viaturas (CC-4);*
- e) *Máquinas e viaturas (CC-5);*
- f) *Apuramentos de custos indiretos (CC-6);*
- g) *Apuramento de custos de bem ou serviço (CC-7);*
- i) *Apuramento de custos diretos da função (CC-8);*
- j) *Apuramento de custos por função (CC-9).”*

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and several initials.

Análise e Tratamento dos Custos

O critério de imputação utilizado para a totalidade dos custos suportados pelo Município foi a sua distribuição como custos diretos a bens ou serviços, indiretos a bens ou serviços (função) ou não incorporáveis, não se verificando assim, custos indiretos à função como se pode constatar no Quadro n.º 26.

Gráfico 6_Distribuição de custos



Para uma melhor compreensão do gráfico supra entendem-se por custos incorporáveis, os custos diretos ou indiretos a bens ou serviços - refletidos nos mapas CC-1 a CC-9 na contabilidade de custos - e não incorporáveis os custos que não são considerados na contabilidade de custos pelo que não são refletidos em qualquer mapa.

Da análise do gráfico verifica-se que foram considerados na contabilidade de custos 93,28% dos custos totais como custos incorporáveis no valor de 14.385.593,76€, sendo o valor dos custos não incorporáveis de 1.037.084,96€. No que se refere ao valor dos custos não incorporáveis o mesmo corresponde maioritariamente ao valor das provisões para processos judiciais em curso e regularização de existências. No que se refere às provisões as mesmas não são consideradas como custos diretos à função dado tratarem-se de uma provisão e não de um custo efetivo do exercício, o qual será considerado incorporável se efetivamente ocorrer.

Distribuição dos Custos por Função

Tendo em consideração a percentagem dos custos incorporáveis evidenciada no Gráfico n.º 6, procede-se no quadro infra à sua distribuição por função.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number 9 and various illegible signatures.



Quadro n.º 26_Distribuição dos custos por função (un.: euros)

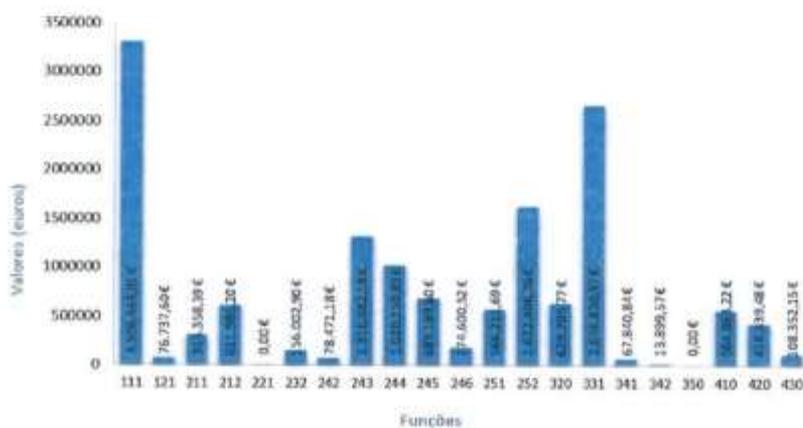
Funções	C. directos a bem ou serviço	C. indirectos a bens e serviços	Total Custos directos à função	C. indirecto à função	Total
1	168.266,55	3.214.934,96	3.383.201,51	0,00	3.383.201,51
110 Serviços gerais de administração pública					
111 Administração geral	164.265,64	3.142.198,27	3.306.463,91		3.306.463,91
120 Segurança e ordem públicas			0,00		0,00
121 Protecção civil e luta contra incêndios	4.000,91	72.736,69	76.737,60		76.737,60
122 Polícia municipal	0,00	0,00	0,00		0,00
2	3.772.171,17	2.770.289,08	6.542.460,25	0,00	6.542.460,25
210 Educação					
211 Ensino não superior	144.247,64	169.110,75	313.358,39		313.358,39
212 Serviços auxiliares de ensino	611.986,20	0,00	611.986,20		611.986,20
220 Saúde			0,00		0,00
221 Serviços individuais de saúde	0,00	0,00	0,00		0,00
230 Segurança e acção sociais					0,00
231 Segurança social	0,00	0,00	0,00		0,00
232 Acção social	57.159,97	98.842,93	156.002,90		156.002,90
240 Habitação e serviços colectivos					0,00
241 Habitação	0,00	0,00	0,00		0,00
242 Ordenamento do território	16.358,70	62.112,48	78.471,18		78.471,18
243 Saneamento	404.375,35	911.706,83	1.316.082,18		1.316.082,18
244 Abastecimento de água	779.558,55	240.592,28	1.020.150,83		1.020.150,83
245 Resíduos sólidos	675.332,96	7.856,64	683.189,60		683.189,60
246 Protecção do meio ambiente e conservação natureza	72.419,34	102.181,18	174.600,52		174.600,52
250 Serviços culturais, recreativos e religiosos					0,00
251 Cultura	395.696,83	170.514,86	566.211,69		566.211,69
252 Desporto, recreio e lazer	615.035,63	1.007.371,13	1.622.406,76		1.622.406,76
253 Outras actividades cívicas e religiosas			0,00		0,00
3	809.305,32	2.558.971,83	3.368.277,15	0,00	3.368.277,15
310 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00	0,00	0,00		0,00
320 Indústria e energia	603.002,53	26.703,24	629.705,77		629.705,77
330 Transportes e comunicações			0,00		0,00
331 Transportes rodoviários	140.187,13	2.516.643,84	2.656.830,97		2.656.830,97
332 Transportes aéreos	0,00	0,00	0,00		0,00
333 Transportes fluviais	0,00	0,00	0,00		0,00
340 Comércio e turismo					0,00
341 Mercados e feiras	53.221,48	14.619,36	67.840,84		67.840,84
342 Turismo	12.894,18	1.005,39	13.899,57		13.899,57
350 Outras funções económicas	0,00	0,00	0,00		0,00
4	36.015,34	1.055.639,51	1.091.654,85	0,00	1.091.654,85
410 Operações da dívida autárquica	0,00	564.863,22	564.863,22		564.863,22
420 Transferências entre administrações	0,00	418.439,48	418.439,48		418.439,48
430 Diversas não especificadas	36.015,34	72.336,81	108.352,15		108.352,15
TOTAL	4.785.758,38	9.599.835,38	14.385.593,76	0,00	14.385.593,76

[Handwritten signature]

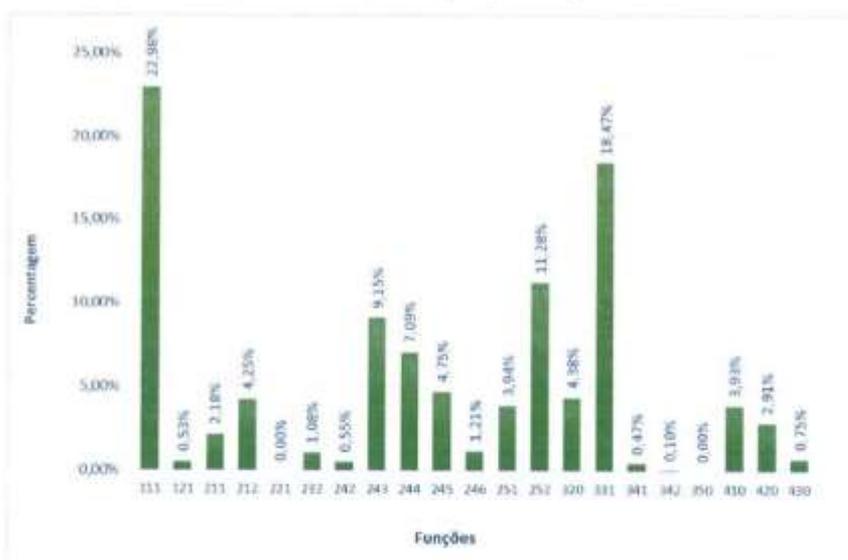
[Handwritten notes and signatures]

Para melhor compreensão dos custos incorporáveis, imputáveis a cada função, apresenta-se a sua distribuição gráfica tecendo-se breves considerações.

Gráficos 7_Distribuição custos por função (un.: euros)



Gráficos 8_Distribuição custos por função (un.: %)



Tendo em conta os dados apresentados procedeu-se à análise de forma comparativa da distribuição de custos pelas diversas funções, com o intuito de evidenciar a relevância de cada uma na distribuição dos custos municipais.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a signature and the number '9'.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and some illegible scribbles.

Dos custos distribuídos pelas funções, verifica-se que as mais representativas, no que se refere aos custos suportados pelo Município, são as funções 111 – Administração geral (22,98%), 331 – Transportes rodoviários (18,47%) e 252 – Desporto, recreio e lazer (11,28%).

A função 111 compreende os custos suportados com o pessoal, encargos com Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social. No que se refere à função 331 a maioria dos custos estão relacionados com as amortizações de infraestruturas rodoviárias. Os custos da função 252 desdobram-se em custos diretos a bens e serviços, no valor de 615.035,63€, relacionados principalmente com os encargos suportados com instalações desportivas e indiretos a bens e serviços no valor de 1.007.371,13€, maioritariamente compostos por amortizações de infraestruturas desportivas.

Mapas Obrigatórios da Contabilidade de Custos

CC-1 Materiais

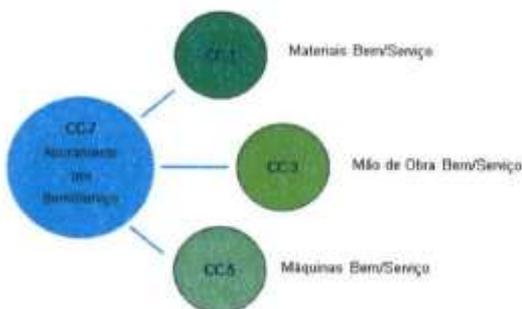
Obrigatório para o apuramento dos custos dos materiais, destina-se ao registo dos mesmos a incorporar por função, bem ou serviço, valorizados pelo preço médio à saída do armazém.

O mapa CC-1 Materiais é calculado mensalmente e descreve os materiais imputados a bem e serviço, sendo o seu total acumulado dos diferentes meses visível no mapa CC-7 (Apuramento por bem ou serviço).

CC-3 Mão-de-obra

Regista o número de horas despendidas, valorizadas pelo custo/hora, aplicadas a cada função, bem ou serviço. O número de horas a considerar deve ser real, sendo o custo/hora previsional.

CC-5 Máquinas e Viaturas



Regista o número de horas despendidas na utilização destes equipamentos, valorizadas pelo custo/hora, aplicadas a cada função, bem ou serviço.



Handwritten notes and signatures:
 9
 21-06-21
 [Signatures]

No que se refere aos mapas CC-1, CC-3 e CC-5 não se considerou pertinente a sua análise em separado e listada por material, mão-de-obra e máquinas/viaturas para cada bem ou serviço - dado o volume de informação implicada face à análise dos custos - sendo a mesma efetuada conjuntamente com o mapa CC-7.

CC-2 Cálculo Custo/Hora de Mão-de-obra

Destina-se ao apuramento do custo/hora de cada funcionário necessário para a obtenção do custo da mão-de-obra efetuado no mapa CC-3. Este mapa deverá ser permanentemente atualizado, nomeadamente quando se verificarem entradas/saídas de trabalhadores ou alterações de outros elementos.

A obtenção do custo hora efetua-se através da seguinte fórmula:

Cálculo do Custo Hora

	Mensal	Meses	Anual	
Remuneração líquida	<input type="text"/>	14	<input type="text"/>	
Subsídio de Refeição	<input type="text"/>	11	<input type="text"/>	Dias sub. Ref. <input type="text" value="20"/>
Encargos	<input type="text"/>	14	<input type="text"/>	Encargos % <input type="text" value="20"/>
Total custos anuais	<input type="text"/>			

Horas de trabalho anuais: 52 (n - y) =

Legenda:

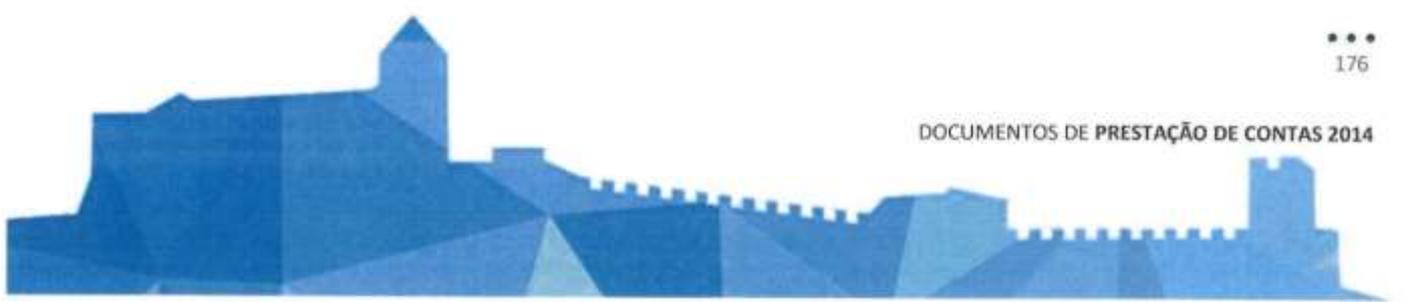
- 52 - N.º semanas do ano
- n - N.º horas de trabalho semanais
- y - N.º horas de trabalho perdidas por semana

$$\text{Custo hora} = \frac{\text{Total custos anuais}}{\text{Horas de trabalho anuais}}$$

Os encargos anuais foram considerados de acordo com a média dos últimos 14 meses de vencimentos brutos acrescidos dos encargos da entidade e subsídios de refeição.

O total de horas de trabalho registado – no que se refere aos funcionários considerados como mão-de-obra – foi em 201 de 140.613,80 horas de trabalho normal e 688 horas de trabalho extraordinário, perfazendo um total de 141.301,80 horas, como se pode observar no quadro infra:

	Nº Horas	Valor
HORAS NORMAIS	140.613,80	1.096.679,58
HORAS EXTRA	688,00	5.804,48
TOTAL	141.301,80	1.102.484,03



CC-4 Cálculo Custo/Hora de Máquinas e Viaturas

Traduz-se numa listagem com todas as máquinas e viaturas existentes no Município destinando-se ao apuramento do respetivo custo/hora necessário para a obtenção do custo da máquina e viatura efetuado no mapa CC-5. Este mapa deverá ser permanentemente atualizado, nomeadamente quando se verificarem entradas/saídas de máquinas e viaturas ou alterações de outros elementos.

A obtenção do custo hora efetua-se através da seguinte fórmula:

Cálculo do Custo Hora _____

Custo Hora	
(1) Operador	<input type="text"/>
(2) Amortização	<input type="text"/>
(3) Pneus	<input type="text"/>
(4) Combustível	<input type="text"/>
(5) Manutenção	<input type="text"/>
(6) Seguro	<input type="text"/>

Custo Hora = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6)

O cálculo do custo hora do mapa CC-4 teve por base os custos reais suportados com amortização (quando aplicável) e seguro da respetiva máquina/viatura, bem como os custos suportados pelo Município com as restantes componentes que concorrem para a formação do custo hora da máquina/viatura.

No que se refere ao combustível e manutenção continua a verificar-se um apuramento deficiente, justificado pela falta de informação das máquinas/viaturas utilizadas bem como do número de horas de trabalho realizado pelas mesmas.

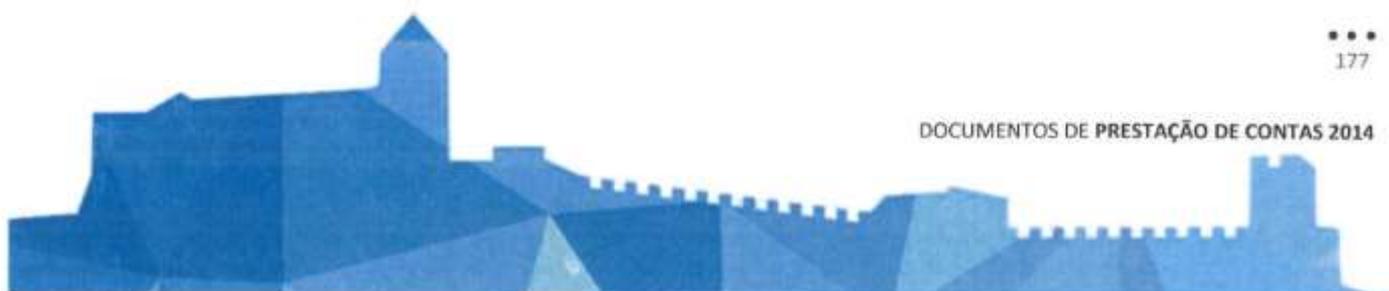
No referido cálculo do custo hora não foi considerado o custo com operador, por um lado devido à versatilidade das tarefas desenvolvidas, por outro pelo caráter de não permanência da afetação de determinado trabalhador à máquina e viatura.

CC-6 Apuramento de Custos Indiretos

Regista a informação relacionada com o total de custos indiretos acumulados até ao mês anterior, realizados no mês e dos custos acumulados para o mês seguinte. Estes valores deverão ser discriminados por código e designação, considerando-se, para este efeito, os códigos das contas 6.

O mapa CC-6 apresenta dados nulos uma vez que, tal como já referido, o critério de imputação utilizado para a totalidade dos custos suportados pelo Município foi a sua distribuição como custos diretos a bens ou serviços, indiretos a bens ou serviços (função) ou não incorporáveis, não se verificando assim, custos indiretos à função.

Handwritten notes and signatures:
9
P
M
S
R



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large scribble at the top and several signatures below.

CC-7 Apuramento de Custos por Bem ou Serviço

Efetua o apuramento do custo total de cada bem ou serviço por função - utilizando para o efeito valores mensais e acumulados - através do somatório dos custos diretos com os custos indiretos.

No que se refere aos custos indiretos o seu apuramento efetua-se mediante a aplicação do coeficiente de imputação através da seguinte fórmula:

Cálculo Custos Indiretos Bem ou Serviço

$$\text{Custo Indireto Bem ou Serviço} = \text{Total Custos Indiretos a Bens ou Serviços} \times \text{Coeficiente de Imputação (\%)}$$

$$\frac{\text{Custos Diretos a Bem ou Serviço}}{\text{Total Custos Diretos a Bem ou Serviço}}$$

O mapa CC-7 apura os custos de cada bem ou serviço mensalmente, tendo em consideração o saldo acumulado até ao mês anterior acrescido do realizado no mês em causa.

O custo total direto imputado a bens ou serviços compreende os seguintes tipos de custos: Custo de materiais (CC-1); Custos de mão-de-obra (CC-3); Custos de máquinas e viaturas (CC-5); Outros custos diretos (fornecimentos e serviços imputados diretamente a bens ou serviços).

No Gráfico n.º 4 analisam-se comparativamente os custos (diretos e indiretos) de bens e serviços por função. Posteriormente no gráfico n.º 4 procede-se à análise dos custos diretos e indiretos por bem ou serviço e por função.

Gráfico n.º 9_Apuramento de custos de bens e serviços por função (un.:euro)

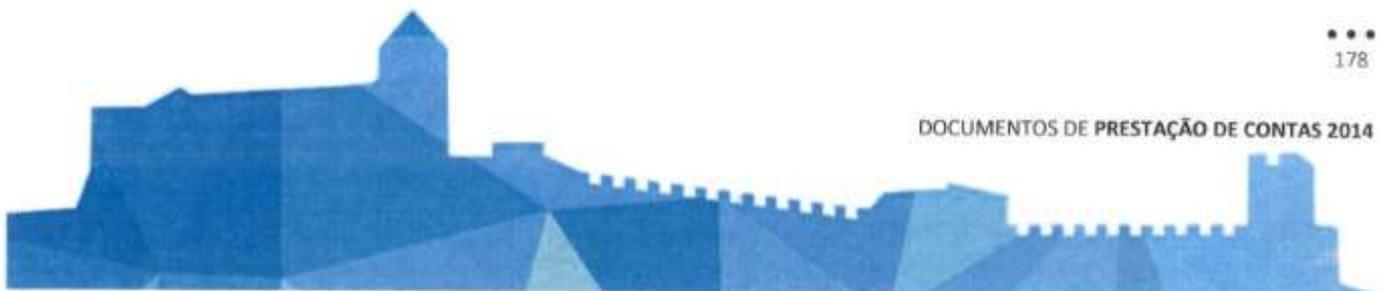
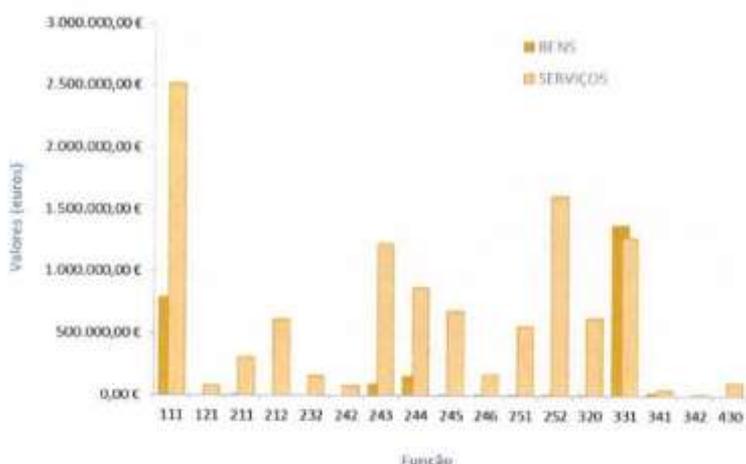
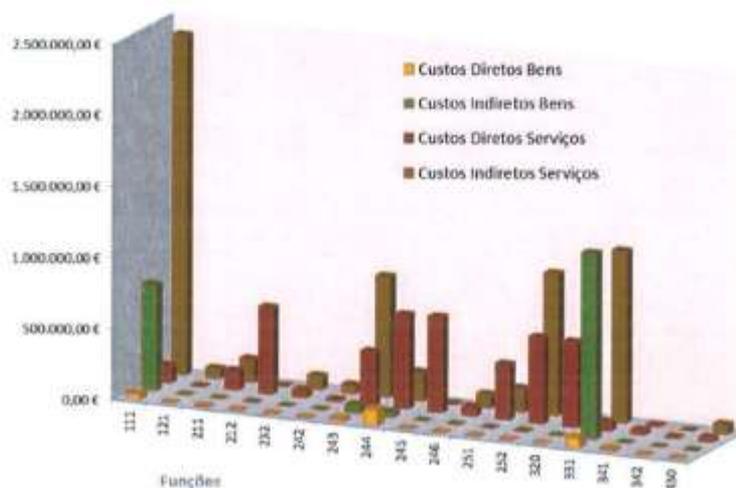


Gráfico 10 _ Custos diretos e indiretos a bens ou serviços (un.: %)



Handwritten notes and signatures:
 9
 2
 R-9
 P-9
 M-9
 M-9
 M-9

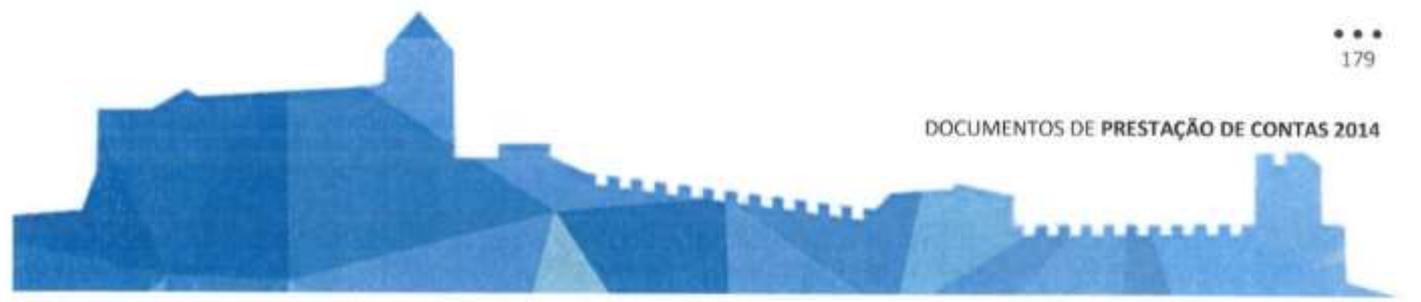
Ao proceder à leitura dos gráficos 5 e 6, observa-se que os custos mais significativos são os suportados com os serviços.

Face ao volume de informação envolvida, optou-se por centrar a análise nos custos diretos com bens ou serviços de maior relevância, relativamente ao total dos custos.

Custos Diretos de Bens com maior relevância

Da análise dos gráficos constata-se que os bens com custos mais relevantes encontram-se afetos às funções 244 – Abastecimento de água (representativo de 40,57% dos custos diretos de bens) e 331 – Transportes rodoviários (representativo de 25,57% dos custos diretos aos bens). Estas funções compreendem os custos suportados pelo Município na conservação da rede de abastecimento público de água e conservação de estradas, aruamentos, viadutos e pontes.

Apresentam-se de seguida extratos do mapa CC-7 os quais evidenciam os custos dos bens mais relevantes afetos às respetivas funções.



Função: 244 Abastecimento de água
Bem: 0186 A Água - Inf. A Água Redes F. Arazede

Mês: Dezembro Ano: 2014

	Acumulado Até Mês Anterior	Realizado no Mês	Acumulado para Mês Seguinte
Custos Diretos			
Materiais	3.977,27	1.359,36	5.336,63
Mão-de-Obra	1.809,21	1.369,65	3.178,86
Máquinas e Viaturas	1.765,25	1.252,26	3.017,51
Outros Custos Diretos	0,00	0,00	0,00
Sub-Total	7.551,73	3.981,27	11.533,00

Custos Diretos de Serviços com maior relevância

No que se refere aos custos diretos, e pela análise dos gráficos, constata-se que os serviços com custos mais relevantes encontram-se afetos às funções 245 - Resíduos sólidos, 244 - Abastecimento de Água, 212 - Serviços auxiliares de ensino, 252 - Desporto, recreio e lazer e 320 - Indústria e Energia (representativo de 14,98%, 14,77%, 13,59%, 13,56% e 13,39%, respetivamente). Estas funções compreendem os custos suportados pelo Município com recolha e tratamento de resíduos sólidos, conservação e reparação da rede de abastecimento público de água, transporte e alimentação escolar, encargos com instalações desportivas e iluminação pública, respetivamente.

Apresentam-se de seguida extratos do mapa CC-7 referentes aos serviços com custos mais relevantes afetos às respetivas funções.

Função: 245 Resíduos sólidos
Serviço: 0139 Resíduos Sólidos - Recolha Indiferenciada

Mês: Dezembro Ano: 2014

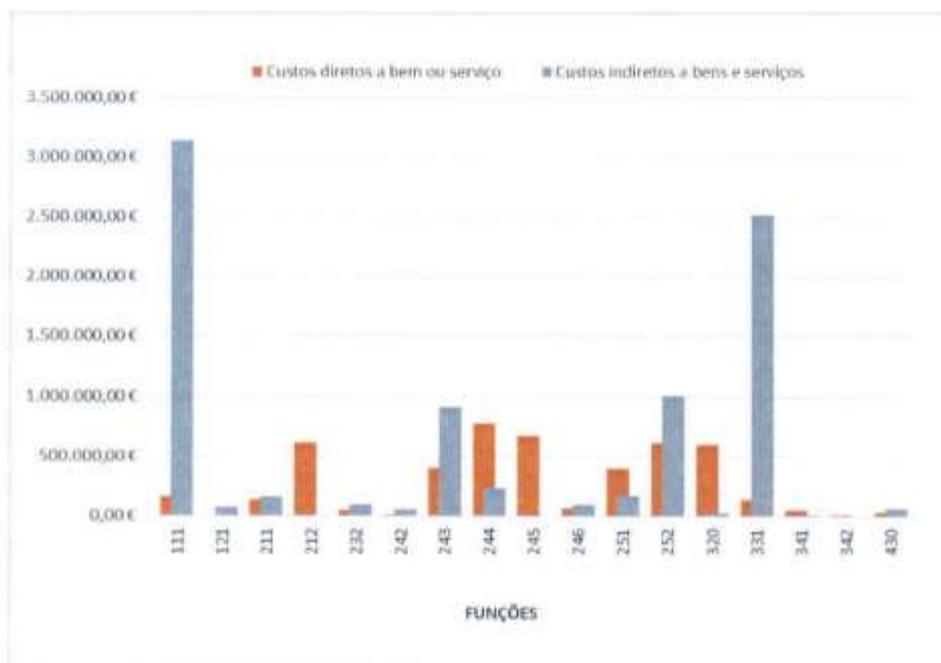
	Acumulado Até Mês Anterior	Realizado no Mês	Acumulado para Mês Seguinte
Custos Diretos			
Materiais	35,19	0,00	35,19
Mão-de-Obra	15.804,91	713,66	16.518,57
Máquinas e Viaturas	9.958,03	554,07	10.512,10
Outros Custos Diretos	252.170,49	51.210,43	303.380,92
Sub-Total	277.968,62	52.478,16	330.446,78

CC-8 Apuramento de Custos Diretos da Função

Apresenta os custos das respetivas funções por custos diretos a bens e serviços individualizados e por custos indiretos a bens e serviços globais. Este mapa apura os custos mensais de cada bem ou serviço, tendo em consideração o saldo acumulado até ao mês anterior acrescido do realizado no mês em causa. Face ao exposto, analisar-se-á apenas os dados referentes ao mês de Dezembro, tendo como referência quadro n.º 26.

No gráfico seguinte evidenciam-se os custos diretos e indiretos de bens e serviços pela respetiva função.

Gráfico n.º 11_Custos diretos e indiretos bens e serviços por função (un.: euro)



Handwritten notes and signatures:
 9
 1
 P. J. Aguiar
 Junho 20
 I. Alves
 [Signature]

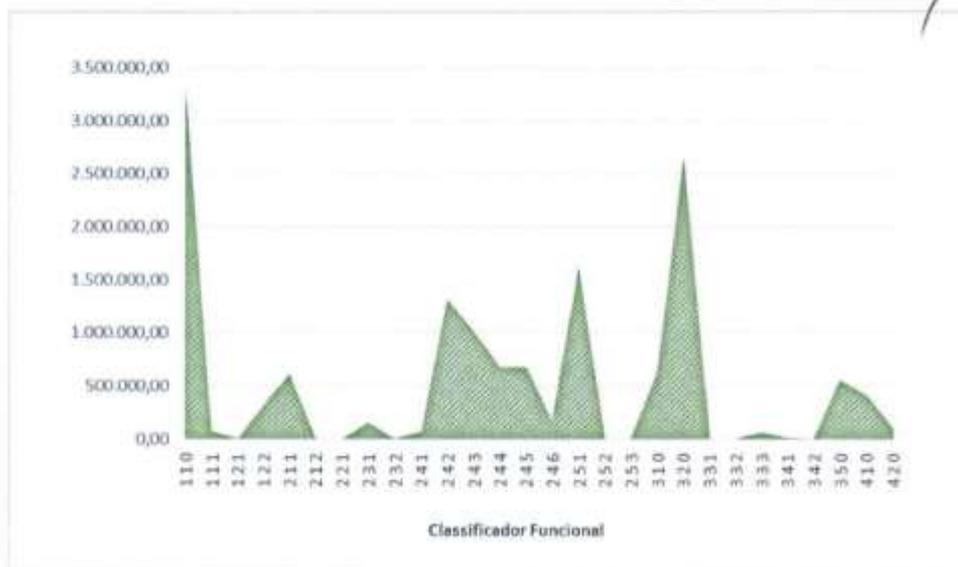
Pela análise do gráfico podemos constatar que as funções mais representativas dos custos imputados são as funções 111 – Administração geral, 331 – Transportes rodoviários e 252 – Desporto, recreio e lazer.

CC-9 Apuramento de Custos por Função

Apuramento de Custos por Função	Custos Diretos	Custos Diretos Bens e Serviços	4.785.758,38 €
		Custos Indiretos Bens e Serviços	9.599.835,38 €
	Custos Indiretos	Custos Indiretos a Funções	0,00 €



Gráfico n.º 12_Custos por funções (un.: euro)



9
2-1a q-
demora
hues
[Assinaturas]

Pela análise do esquema e como referido anteriormente, o critério de imputação utilizado para a totalidade dos custos suportados pelo Município foi a sua distribuição como custos diretos a bens ou serviços, indiretos a bens ou serviços (função) ou não incorporáveis, não se verificando assim, custos indiretos à função.

Todos os valores supra referidos podem ser verificados no quadro n.º 26.

7 RELATÓRIO DE ATIVIDADES

O presente capítulo tem como finalidade proceder à análise das atividades desenvolvidas durante o ano de 2014 nas principais áreas de atuação do Município.

7.1 Auditoria Interna

O Gabinete de Auditoria Interna, no âmbito das suas competências, desenvolveu no decorso do ano em apreço, nomeadamente, atividades relacionadas com:

- Conceção do regulamento do GA;
- Conceção dos procedimentos do sistema de gestão de qualidade – preparação e realização de auditorias internas;
- Conceção das especificações técnicas no âmbito da realização de auditorias internas e especificações técnicas no âmbito dos procedimentos de gestão relacionados com os métodos e técnicas de auditorias internas;
- Revisão e readaptação do regulamento dos fundos de maneio do município;
- Relato da atividade de monitorização do plano de saneamento financeiro – ano 2013;
- Realização de procedimentos de auditoria setorial aos equipamentos desportivos municipais – piscina e pavilhão;
- Relato da atividade de monitorização do plano de saneamento financeiro – 1.º semestre 2014;
- Revisão e readaptação da Norma de Controlo Interno do município;
- Participação no projeto PRO_MIG e no grupo de trabalho de projetos financiados, assim como as relacionadas com a assessoria à Presidência em domínios de consultoria, planeamento e controlo de gestão.

7.2 Proteção Civil

O Serviço Municipal de Proteção Civil tem por finalidade a prevenção de riscos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de origem natural ou tecnológica, assim como atenuar os efeitos de possíveis acidentes dessa natureza e socorrer as pessoas em perigo quando aquelas situações ocorram.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, the name 'Luis' in the middle, and several other initials and signatures below.

Assim, o SMPC tem como objetivo a execução da política municipal de segurança, sendo responsável no Concelho, pela informação, formação, planeamento, controlo e coordenação das ações em situação de normalidade ou de emergência, em todos os domínios que digam respeito à Proteção Civil. O enquadramento da atuação da Proteção Civil insere-se nos seguintes domínios: levantamento, previsão, avaliação e prevenção de riscos coletivos; análise permanente das 102 vulnerabilidades; informação e formação das populações; planeamento de emergência; inventariação de meios e recursos; estudo e divulgação de formas adequadas de proteção de edifícios, bens culturais, instalações de serviços essenciais e recursos naturais.

Em 2014, foram desenvolvidas as seguintes atividades pelo Serviço Municipal de Proteção Civil:

- Apoio na elaboração de protocolo de segurança em eventos culturais nomeadamente nas Feiras (Anual e Festival do Arroz), em eventos desportivos e musicais;
- Continuidade das ações de sensibilização sobre temas centrais de proteção (evacuação em caso de incêndio e/ou sismo):
 - a) Como agir antes, durante e após uma cheia/inundação;
 - b) Incêndios na escola e em casa.
- Prevenção de incêndios florestais – elaboração do Plano Municipal Operacional Anual;
- Levantamento das condições de segurança dos edifícios municipais;
- Colaboração na preparação e realização de exercícios simulacros;
- Manutenção das atividades do piquete da Proteção Civil no apoio imediato às populações.

Lista de projetos desenvolvidos no Serviço Municipal de Proteção Civil no decurso do ano de 2014:

- Instalação de cinco estações meteorológicas: Abrunheira, CAR, Meco, Pereira e Sarçaço; que avaliam os seguintes parâmetros: Direção e Velocidade do Vento, Precipitação, Temperatura e Humidade Relativa. Encontram-se programadas no sentido de emitirem avisos quando verificados os seguintes pressupostos: Aviso de risco de Incêndio Florestal 30/30/30 (Temperatura $\geq 30^{\circ}\text{C}$ / Humidade Relativa $\leq 30\%$ / Velocidade do Vento ≥ 30 Km/h); Aviso de Temperatura, quando temperatura $\geq 40^{\circ}\text{C}$ ou $\leq -5^{\circ}\text{C}$; Aviso de Precipitação, quando a precipitação $\geq 50\text{mm/h}$; Aviso de Rajada de Vento,

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and the name "Fonseca" written twice.

para valores $\geq 75\text{Km/h}$. A estação localizada no Centro Náutico tem a aplicação de mais dois sensores (temperatura e nível de altura do espelho de água);

- Instalação de duas estações Hidrométricas: leito central do rio Mondego (Ponte de Verride), leito periférico direito (Ponte da ciclovia Casal Novo do Rio). Avaliam os parâmetros do caudal e da altura das águas do rio Mondego.

- Aquisição de um canal próprio de rádio comunicações, para o Serviço Municipal de Proteção Civil, devidamente legalizado junto da ANACOM, que permitirá a interligação entre todos os agentes de proteção civil municipais.

- Desenvolvimento da Plataforma RISE – *Remote Intelligent Sensor for Environment* - para permitir, em simultâneo, a gestão de diferentes riscos, articulando em permanência os diferentes meios e agentes de Proteção Civil, nos casos de: Riscos naturais (cheias, sismos ou incêndios florestais); Riscos tecnológicos (acidentes rodoviários, acidentes industriais). Esta plataforma irá receber ainda a informação das Estações meteorológicas e das Estações hidrométricas.

- Construção do Centro Logístico do Serviço Municipal de Proteção Civil, esta infraestrutura servirá de apoio e de armazenamento a equipamentos e matérias para fazer face à emergência, bem como prestar apoio a outros agentes de proteção civil no decurso das operações.

- Atribuição de meios próprios ao SMPC, nomeadamente viatura, instalações (gabinete próprio) e equipamentos (material informático, nomeadamente um computador com três monitores) para auxiliar a componente de planeamento – pilar fundamental das atividades do Serviço Municipal de Proteção Civil.

- Dotação de recursos humanos e de Fardamento próprio que permitem uma melhor identificação dos trabalhadores do SMPC.



7.3 Modernização Administrativa

De entre os projetos que tiveram início no ano de 2014, será de destacar o projeto de modernização administrativa da Autarquia, na medida em que terá de ser concretizado no ano de 2015, esperando-se grande impacto ao nível da melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores e por consequência no nível de prestação de serviços ao município.

No ano de 2014 concretizou-se o início das obras no edifício, nomeadamente com as intervenções nas salas do primeiro andar que permitiram a deslocação dos serviços de contabilidade da sala do Balcão Único e início das obras na mesma, bem como da rampa de acesso ao edifício e a aquisição do mobiliário para a sala do Balcão Único.

Foi alterada a postura municipal, foi contratualizada a rede e cablagem para o edifício, iniciou-se o processo de preparação da equipa que fará o atendimento aos munícipes, conceptualizou-se todos os passos a serem operacionalizados em 2015, nomeadamente: a construção de casas de banho como infraestrutura de apoio ao Balcão Único; a construção da sala do *data center* do edifício; as especificações técnicas para o centro de dados; as especificações técnicas às telecomunicações; as especificações técnicas para o sistema de informação geográfica e as especificações técnicas do Hardware necessário ao projeto e do software necessário à prestação de serviços *on line*, entre os quais o de desmaterialização de processos.

Trata-se portanto de um projeto de grandes alterações e impacto ao nível da organização interna que visa permitir dar resposta às necessidades e exigências atuais em matéria de prestação digital de serviços públicos, aproximando os serviços da administração pública às populações.

7.4 Projetos cofinanciados

Pretende-se nesta parte do relatório descrever sucintamente o conjunto de atividades no que diz respeito a candidaturas a fundos comunitários e nacionais, dos projetos do Município, no ano de 2014.

Uma das tarefas desenvolvidas passou pela análise dos regulamentos específicos emanados pelos vários fundos de apoio existentes por forma a obter enquadramento e respetivo financiamento dos projetos municipais.

Após desenvolvimento desta tarefa, foram reunidos todos os documentos necessários à apresentação de candidaturas que, devido à diversificação dos projetos, são também diversificados. Por este motivo, o trabalho desenvolvido no âmbito de candidaturas ocorre de forma articulada com todos os serviços da autarquia, não só no momento de

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '9' and the name 'Thomas'.

apresentação de candidaturas, mas também, durante todo o processo de desenvolvimento e encerramento das mesmas.

A formalização das candidaturas faz-se, na sua maioria, com recurso a sistemas de informação que posteriormente funcionam como interface entre a Autarquia e as respetivas entidades. Ou seja, faz-se a troca de correspondência, são efetuados pedidos de pagamento, são elaborados relatórios de execução anual e final, são colocados todos os documentos referentes à contratação pública, bem como todos os documentos de cariz financeiro, ambiental, licenças, entre outros.

Assim, uma das tarefas inerentes aos projetos cofinanciados passou pela digitalização de todos os documentos que, nos seus vários domínios, dão suporte aos projetos e efetuou-se o *upload* dos mesmos nos respetivos sistemas de informação, formalizando todas as etapas do ciclo de desenvolvimento de um projeto, incluindo reprogramações temporais, materiais e financeiras.

Assegurou-se ainda a constituição, atualização e gestão dos *dossiers* de candidatura dos vários projetos, bem como, o cumprimento das obrigações da autarquia em matéria de informação e publicidade dos apoios concedidos.

Devido ao carácter dinâmico dos projetos, todas as atividades descritas foram sucessivamente atualizadas, criando assim um grande fluxo de informação e contacto com as entidades financiadoras a saber: Programa Operacional Regional do Centro, Programa Operacional Temático Valorização do Território, Programa Operacional Temático Potencial Humano, Programa Operacional Temático Fatores da Competitividade, Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (agora convertido em Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.), Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas e AMA – Agência para a Modernização Administrativa, I.P..

Operacionalizou-se ainda a conversão do Balcão Multisserviços em Espaço do Cidadão, na Freguesia de Montemor-o-Velho, bem como, protocolada a instalação de outros Espaços do Cidadão no Concelho de Montemor-o-Velho, nomeadamente: um na Freguesia de Arazede, um na Freguesia de Pereira, um na Freguesia de Carapinheira e um na União de Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca.

No final de 2014 foram ainda iniciados contactos com a AMA, I.P. no sentido de incluir mais um local/Espaço do Cidadão na Freguesia de Tentúgal.

Foi ainda dado apoio na utilização do Balcão do Empreendedor, nomeadamente na utilização de uma nova Plataforma de interação entre Múncipes e Administração Local para processos no âmbito do Licenciamento Zero e Alojamento Local, Plataforma essa que é chamada de Plataforma Multicanal.

9
9
2-1-9
Rena
Kuc
da
R

No que diz respeito aos projetos cofinanciados, apresenta-se de seguida a listagem daqueles onde, em 2014, foram desenvolvidas tarefas:

- Centro Educativo de Montemor-o-Velho;
- Dinamização/programação Cultural;
- Ascensor mecânico - percurso pedonal assistido;
- Eixo Viário Pedonalizado de ligação entre o Centro Histórico e a Frente Ribeirinha;
- Rede de esgotos de Gatões, Seixo e Liceia + ETAR (inclui as empreitadas de Rede de esgotos de Gatões e Seixo; Rede de esgotos de Gatões e Seixo (Conclusão); Rede de esgotos de Liceia; Rede de Esgotos de Liceia: Fase A (Redes) - Parte I e ETAR para esgotos de Gatões, Seixo e Liceia);
- Rede de esgotos de Verride, Vila Nova da Barca e Abrunheira + ETAR (inclui as empreitadas de Rede de esgotos de Verride e Vila Nova da Barca; Rede de esgotos de Abrunheira; ETAR para esgotos de Verride, Vila Nova da Barca e Abrunheira; Rede de esgotos de Verride e Vila Nova da Barca (estação elevatória e conduta até à ETAR); Rede de esgotos de Verride e Vila Nova da Barca (conclusão) - Parte 1; Rede de esgotos de Verride e Vila Nova da Barca (conclusão) - Parte 2 e Rede de esgotos de Abrunheira (Conclusão));
- Rede de esgotos de Arazeze Fase A + parte referente à EX-EN 335-1 + ETAR (inclui as empreitadas referentes a rede de esgotos de Arazeze: Fase A (Redes) + parte referente à Ex. EN 335-1; Rede de esgotos de Arazeze: Fase B (ETAR) – conceção e construção e Rede de esgotos de Arazeze: parte referente à Ex-EN 335-1);
- Rede de esgotos do Município de Montemor-o-Velho (continuação) (inclui as empreitadas referentes a Rede de esgotos de Torre e Moinho da Mata (parte referente ao lugar de Torre); Rede de esgotos de Arazeze: Fase C (Redes - Meco); Rede de esgotos da Portela (zonas limítrofes) - Fase B (ETAR); Rede de esgotos da Portela (zonas limítrofes) - Fase B (ETAR) – Conclusão; Rede de esgotos do Moinho da Mata: Conduta elevatória F, do Moinho da Mata ao Largo Dr. Perié (Gatões); Rede de esgotos do Moinho da Mata: Construção (Redes) - Parte referente ao Areal; Rede de esgotos de Santo Varão e Formoselha: Fase C (Redes - Zona Sul); Rede de esgotos de Arazeze: Fase D (Redes - Gordos e Zambujeiro); Rede de esgotos de Pereira: construção de redes (Casais Velhos e Casal Minhoto) e Conservação e Reparação de ETAR'S - ETAR de Pereira);
- Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos do Sistema Municipal de Proteção Civil de Montemor-o-Velho;
- Relvados Sintéticos de Arazeze e Carapinheira (inclui as empreitadas referentes à construção de relvado sintético em Carapinheira e construção de relvado sintético em Arazeze);

9 de Abril
2014
Pereira
Lima
da
Oliveira

- Eixo Viário do Sistema Urbano do Vale (inclui as empreitadas referentes a construção da rua da igreja, eixo viário de ligação entre a rotunda da feira e o centro de exposições e largo da feira);
- Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho (inclui a aquisição de terrenos e equipamentos, estudos, projetos e construção das Fases A (UP12 - Captação e Adução, UP14-Canal de Arrefecimento e UP15A-Açude Montante), Fase B - UP13 (Canal de Retorno), Fase B - UP32A (Entrada Montante), UP33S - (Ciclovía Sul), UP43 (Cais - apenas a parte referente à Praça) e UP42 (Ilhas), Fase C - UP16 (Açude Jusante), UP21A (Acesso Montante), UP22A (Acesso Norte), UP23 (Acesso Jusante), UP33N (Ciclovía Norte), UP41 (Cortina Arbórea) e UP61 (Barreira de Vento) +Fase D - UP31 (Entrada Jusante) +Fase I - (Pista de Atletismo), Fase E (UP33 - Ciclovía (apenas estrutura metálica das pontes), UP42 - lhas (apenas estrutura metálica da ponte) e UP51-Edifício (apenas estrutura metálica exterior), Fase F - UP43 (Cais) e UP51 (Edifício - fundações e infraestruturas interiores), Fase H - UP62 (Torre) e V - UP11 (Vala da Cova));
- Pólo Logístico e Industrial de Arazede (1.ª Fase) (inclui terrenos, a construção de reservatório e grupo elevatório para abastecimento de água e Pólo Logístico e Industrial de Arazede: Fase 1 - Parte A (Construção de Infraestruturas));
- Plano Local de Promoção da Acessibilidade;
- Intervenção no Espaço Urbano de Montemor-o-Velho (inclui a empreitada referente à Av. Dos Bombeiros (Largo de N. Senhora do Desterro até à rotunda do Tribunal); Av. 25 de abril - Casal Novo do Rio até à Piscina Municipal) e Avenida dos Bombeiros (Largo N. Senhora do Desterro) – Muro/talude romano na envolvente à capela de N. Senhora do Desterro);
- Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca (inclui as empreitadas de C. R. E. A. C. M.: Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca e C.R.E.A.C.M.: Freguesias de Verride e Vila Nova da Barca - Parte 1);
- Eixo Viário do Sistema Urbano das Gândaras - Arazede/Meco: Arruamento do Meco (Continuação);
- Arranjos Urbanísticos nas Meãs: Rua Principal (desde o largo de S. Sebastião até ao Cruzeiro) e alargamento de arruamento nas Calaçotas;
- Sintético de Pereira;
- Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Montemor-o-Velho, Gatões e Seixo (inclui as empreitadas de C. R. E. A. C. M.: Freguesia de Montemor-o-Velho e C. R. E. A. C. M.: Freguesias de Montemor-o-Velho, Gatões e Seixo);

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a signature at the top and several initials and scribbles below.

- Sintético de Montemor-o-Velho;
- Eixo Viário do Sistema Urbano das Gândaras - Arazede/Meco;
- Arranjo Urbanístico em Pereira: Rua José Augusto Mendes dos Santos;
- Modernização Administrativa e Criação de Balcão Único no Município de Montemor-o-Velho;
- Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local;
- Equipamentos de frio para o Mercado Municipal de Montemor-o-Velho;
- Centro Cultural de Santo Varão;
- Regime de Fruta Escolar;
- Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar - Acordo de Cooperação;
- Programa de Generalização do Fornecimento de refeições aos alunos do 1.º Ciclo do ensino Básico – Contrato Programa;
- Gabinete de Inserção Profissional;
- Contratos emprego inserção património;
- Contratos Emprego-inserção +;
- Medida Estágios Emprego.

Dada a aproximação do encerramento do QREN (ano de 2015), as tarefas desenvolvidas no ano de 2014 foram muito focadas para o encerramento de projetos, nomeadamente para a apresentação de relatórios finais, respostas a verificações no local e a verificações de conformidade, apresentação de pedidos de saldo, reprogramações e ainda acompanhamento da preparação no novo quadro de apoio comunitário.

Neste sentido, o volume de comparticipações recebidas será cada vez menor. Não obstante, algumas operações do município foram objeto de ajustamentos financeiros, que foram repercutidos na ausência de recebimento de comparticipação nalgumas candidaturas, pelo que o valor para o ano efetivamente recebido fica aquém do espetável. Em especial, pelo montante considerável em causa, destacamos a correção financeira comunicada à autarquia, à candidatura do Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho, no valor de 468.631,15€ de FEDER, decorrente da verificação física e documental realizada entre 16/02/2012 e 18/06/2012.

9
9
2-10-14
Remoção
huel
de
de

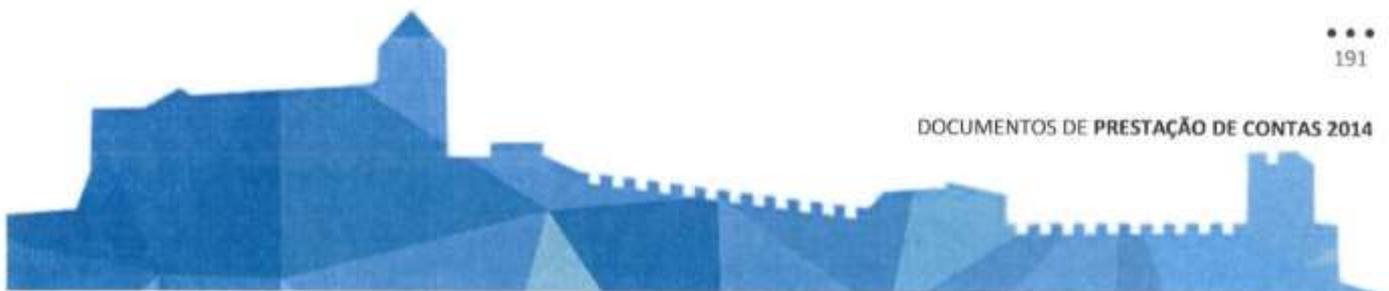
Na origem da aplicação da correção financeira em causa está a "anomalia / irregularidade nos critérios de adjudicação de propostas não conformes com a legislação aplicável / discriminatórios", originando um incumprimento do estabelecido no n.º 4 do artigo 139.º do CCP, nos termos do qual "Na elaboração do modelo de avaliação das propostas não podem ser utilizados quaisquer dados que dependam, direta ou indiretamente, dos atributos das propostas a apresentar, com exceção dos da proposta a avaliar."

A correção no valor elegível da operação resultou na aplicação de uma correção de 5% sobre os montantes executados ou de montantes de adjudicação, consoante a situação, em cada uma das empreitadas, de acordo com o quadro seguinte:

Quadro n.º 27_ Montantes de correção financeira por empreitada objeto da amostra da verificação física e documental (un.: euro)

Empreitada	Valor de adjudicação	Valor executado (sem IVA)	Correção de 5%
Centro Náutico de Montemor de Montemor-o-Velho (CAR) - Fase A (UP12 - Captação e Adução, UP14-Canal de Arrefecimento e UP15A-Açude Montante)	896.045,31	728.762,25	36.438,11
Centro Náutico de Montemor de Montemor-o-Velho (CAR): Fase B - UP13 (Canal de retorno)	2.225.000,00	2.225.000,00	111.250,00
Centro Náutico de Montemor de Montemor-o-Velho (CAR) - Fase B - UP32A (Entrada Montante), UP33S - (Ciclovia Sul), UP43 (Cais - apenas a parte referente à Praça) e UP42 (Ilhas)	1.895.345,33	1.895.345,33	94.767,27
Centro Náutico de Montemor de Montemor-o-Velho (CAR) - Fase C - UP16 (Açude Jusante), UP21A (Acesso Montante), UP22A (Acesso Norte), UP23 (Acesso Jusante), UP33N (Ciclovia Norte), UP41 (Cortina Arbórea) e UP61 (Barreira de Vento) + Fase D - UP31 (Entrada Jusante) + Fase I - (Pista de Atletismo)	3.725.984,68	2.933.591,48	146.679,57
Centro Náutico de Montemor de Montemor-o-Velho (CAR) - Fase E (UP33 - Ciclovia (apenas estrutura metálica das pontes), UP42 - Ilhas (apenas estrutura metálica da ponte) e UP51-Edifício (apenas estrutura metálica exterior)	1.232.579,99	1.232.579,99	61.629,00
Centro Náutico de Montemor de Montemor-o-Velho (CAR) - Fase F - UP43 (Cais) e UP51 (Edifício - fundações e infraestruturas interiores)	1.994.319,28	1.944.282,45	97.214,12
Total	11.969.274,59	10.959.561,50	547.978,08

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '9' and various illegible signatures.



Assim, o montante de comparticipação a devolver para as empreitadas acima identificadas ascende a 465.781,37€ (547.978,08*85%) acrescido do montante recebido por aplicação do mecanismo *top up*.

Conforme ofício do POVT com a referência S001019, datado de 15-04-2014, o montante recebido por *top up* para as empreitadas acima identificadas ascende a 2.849,78€, sendo este portanto o valor a devolver devido à correção financeira de 5% sobre o valor das empreitadas amostra de verificação física e documental.

De salientar ainda que não foram objeto de qualquer apreciação/verificação as empreitadas identificadas abaixo, pelo que caso as mesmas padeçam do mesmo "vício" que originou a correção acima em causa, serão estas mesmas empreitadas alvo de correção financeira e portanto a Autarquia obrigada a devolver o respetivo fundo recebido (incluindo montantes *top up*).

- Centro Náutico de Montemor de Montemor-o-Velho (CAR) - Fase H - UP62 (Torre) e,
- Centro Náutico de Montemor de Montemor-o-Velho (CAR) - Fase V - UP11 (Vala da Cova).

O montante de correção financeira de 5% sobre o valor destes contratos ascende a 43.006,92€, de acordo com os dados constantes do Quadro n.º 27.

Quadro n.º 28_ Correção financeira de 5% e respetivo fundo para a Fase H e Fase V (un.: euro)

Empreitada	Valor de adjudicação	Valor executado	Correção de 5%	Fundo a devolver
Centro Náutico de Montemor de Montemor-o-Velho (CAR) - Fase H - UP62 (Torre)	101.988,98	97.962,50	4.898,13	4.163,41
Centro Náutico de Montemor de Montemor-o-Velho (CAR) - Fase V - UP11 (Vala da Cova)	762.175,88	762.175,88	38.108,79	32.392,47
Total	864.164,86	860.138,38	43.006,92	36.555,88

No que diz respeito ao montante de *top up* a devolver destas duas empreitadas, este ascende a 2.045,94€, tal como se poderá verificar no quadro n.º 29.

Face ao exposto (e caso a mesma correção financeira de 5% venha a ser aplicada às empreitadas da Fase H e V) os montantes de fundo a devolver ascendem a 507.232,97€.

Handwritten notes and signatures in blue ink:
 - Top right: a signature and an arrow pointing to the text above.
 - Middle right: a signature and the text "P. L. P. e".
 - Bottom right: a large signature.



Quadro n.º 29_ Total de FEDER a devolver para as empreitadas do Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho (un.: euro)

Empreitada	Fundo a devolver	Fundo de top up a devolver	Fundo total a devolver
Fase A;B_UP 13;B;C,D,I;E e F	465.781,37	2.849,78	468.631,15
Fase H e V	36.555,88	2.045,94	38.601,82
TOTAL	502.337,25	4.895,72	507.232,97

No ano de 2014, o município recebeu participações comunitárias no montante de 555.839,88€. Deste montante, 204.606,59€ são provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), 301.329,84€ são provenientes do Fundo de Coesão (FC), 20.966,78€ são provenientes do Fundo Social Europeu (FSE) e 28.936,66€ são provenientes do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

Quadro n.º 30_ Participações comunitárias recebidas em 2014 (un.: euro)

Código Universal da Operação	Designação da Operação	Montante recebido	Fundo associado	Entidade Financiadora
CENTRO-09-250-FEDER-015006	Arranjos Urbanísticos nas Meãs: Rua Principal (desde o largo de S. Sebastião até ao Cruzeiro) e alargamento de arruamento nas Calaçotas	5.979,79	FEDER	Mais Centro (a)
CENTRO-09-0250-FEDER-015002	Eixo Viário do Sistema Urbano das Gândaras - Arazeide/Meco: Arruamento do Meco	13.923,15	FEDER	Mais Centro (a)
047942/2011/65	Plano Local de Promoção da Acessibilidade	14.575,87	FSE (e)	POPH (c)
POVT-15-0353-FEDER-000096	Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho	46.120,50	FEDER	POVT (b)
POVT-12-0146-FC05-000071	Rede de esgotos de Verride, Vila Nova da Barca e Abrunheira com ETAR	90.345,81	FC	POVT (b)
POVT-12-0146-FC05-000249	Rede de esgotos do Município de Montemor-o-Velho (Continuação)	210.984,03	FC	POVT (b)
CENTRO-07-AE63-FEDER-014001	Pólo Logístico e Industrial de Arazeide	61.765,43	FEDER	Mais Centro (a)
CENTRO-09-0650-FEDER-027001	Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca	76.817,73	FEDER	Mais Centro (a)
096506/2013/34	Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local	6.390,91	FSE (e)	POPH (c)
20000908077	Centro Cultural de Santo Varão	28.936,66	FEDER	PRODER
Total participações recebidas em 2014		555.839,88		

Handwritten notes and signatures in blue ink:
 - Top right: A signature and the number "9".
 - Middle right: A signature and the number "1-9-10".
 - Bottom right: A signature and the name "Mias".



Apresenta-se de seguida os montantes recebidos até 31 de dezembro de 2014 em cada um dos projetos, bem como o seu estado de execução.

Quadro 31_ Comparticipações acumuladas dos projetos cofinanciados (un.: euros)

Projeto	Ano de recebimento			Total recebido	Fundo associado	Entidade Financiadora	Estado do Projeto (flocamento)
	2008-2012	2013	2014				
Pepai (2.ª Edição) Projecto 012955/2008/522	32.001,31	0,00	0,00	32.001,31	FSE	POPH	Concluído
Pepai (3.ª Edição) Projecto 027317/2009/522	25.257,52	0,00	0,00	25.257,52	FSE	POPH	Concluído
Pepai (4.ª Edição) Projecto 060896/2011/522	38.216,51	0,00	0,00	38.216,51	FSE	POPH	Concluído
Centro Educativo de Montemor-o-Velho	1.382.677,05	47.700,61	0,00	1.430.377,66	FEDER	Mais Centro	Concluído
Dinamização/programação Cultural	3.865,52	35.197,59	0,00	39.063,11	FEDER	Mais Centro	Concluído
Regeneração Urbana de Montemor-o-Velho	752.322,34	259.189,59	0,00	1.011.511,93	FEDER	Mais Centro	Concluído
Ascensor mecânico - percurso pedonal assistido	483.122,83	32.134,85	0,00	515.257,68	FEDER	Mais Centro	Concluído
Eixo Viário Pedonalizado de ligação entre o Centro Histórico e a Frente Ribeirinha	26.790,33	1.515,28	0,00	30.305,61	FEDER	Mais Centro	Concluído
Plano de Emergência do Município de Montemor-o-Velho	2.492.479,51	65.151,91	0,00	2.557.631,42	FC	POVT	Concluído
Rede de esgotos de Gatões, Seixo e Lioeira + ETAR	1.914.921,14	39.105,68	90.345,81	2.044.372,63	FC	POVT	Em execução
Rede de esgotos de Verride, Vila Nova da Barca e Abrunheira + ETAR	760.084,46	29.645,11	0,00	789.729,57	FC	POVT	Em execução
Rede de esgotos do Município de Montemor-o-Velho (continuação)	452.053,55	196.902,19	210.984,03	859.939,77	FC	POVT	Em execução
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos do Sistema Municipal de Proteção Civil de Montemor-o-Velho	44.423,81	845,58	0,00	45.269,39	FC	POVT	Concluído
Relvadas Sintéticas de Araçede e Carapinheira	496.762,10	0,00	0,00	496.762,10	FEDER	Mais Centro	Concluído
Eixo Viário do Sistema Urbano do Vale	985.555,39	0,00	0,00	985.555,39	FEDER	Mais Centro	Concluído
Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho	10.933.269,69	500.518,39	46.120,50	11.479.908,58	FEDER	POVT	Em execução
Apetreçamento tecnológico das escolas do 1.º CEB de Montemor-o-Velho	11.554,26	-5.788,71	0,00	5.765,55	FEDER	Mais Centro	Concluído
Pólo Logístico e Industrial de Araçede (1.ª Fase)	900.419,31	0,00	61.765,43	962.184,74	FEDER	Mais Centro	Em execução
Plano Local de Promoção da Acessibilidade	8.836,11	16.047,16	14.575,87	39.459,14	FSE	POPH	Concluído
Intervenção no Espaço Urbano de Montemor-o-Velho	226.303,81	126.302,32	0,00	352.606,13	FEDER	Mais Centro	Concluído
Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca	0,00	207.073,18	76.817,73	283.890,91	FEDER	Mais Centro	Em execução
Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Montemor-o-Velho, Gatões e Seixo	0,00	63.360,40	0,00	63.360,40	FEDER	Mais Centro	Em execução
Eixo Viário do Sistema Urbano das Gândaras - Araçede/Meco: Arruamento do Meco	0,00	193.018,83	13.923,15	206.941,98	FEDER	Mais Centro	Concluído
Arranjos Urbanísticos nas Meãs: Rua Principal (desde o largo de S. Sebastião até ao Cruzeiro) e alargamento de arruamento nas Calafotas	0,00	153.702,66	5.979,79	159.682,45	FEDER	Mais Centro	Concluído
Sintético de Pereira	0,00	290.250,12	0,00	290.250,12	FEDER	Mais Centro	Concluído
Sintético de Montemor-o-Velho	0,00	0,00	0,00	0,00	FEDER	Mais Centro	Concluído
Arranjo Urbanístico em Pereira: Rua José Augusto Mendes dos Santos	0,00	0,00	0,00	0,00	FEDER	Mais Centro	Em execução
Modernização Administrativa e Criação de Balcão Único no Município de Montemor-o-Velho	0,00	0,00	0,00	0,00	FEDER	POFC (d)	Em execução
Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local	0,00	0,00	6.390,91	6.390,91	FSE	POPH	Concluído
Património Cultural Imaterial, uma memória a preservar	45.907,20	11.373,17	0,00	57.280,37	FEADER (f)	PRODER (g)	Concluído
Cefeiro dos Duques de Avelro - Espaço de Referência Cultural	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	FEADER	PRODER	Concluído
Centro Cultural de Santo Varão	0,00	0,00	36.170,82	36.170,82	FEDER + DE	PRODER + ADELO	Concluído
TOTAL	22.033.823,75	2.263.245,91	963.074,04	24.860.143,70			

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '9' and the name 'Dencas'.

7.5 Educação e Ação Social

7.5.1 Educação

Acompanhamento e operacionalização do processo de fornecimento de refeições escolares às 11 escolas do 1º CEB e 8 Jardins-de-infância, mediante concurso no âmbito do Acordo-Quadro da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra.

Acompanhamento do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar - Refeições/lanches e Atividade de Animação e Apoio à Família de todos os Jardins de Infância do Concelho.

Foram realizadas várias atividades junto com a comunidade escolar, salientando-se a comemoração do Dia Mundial da Criança, no dia 30 de maio.

Acompanhamento, fiscalização e gestão do funcionamento dos refeitórios escolares, mediante a realização de vistorias, tendo sido implementadas medidas corretivas, com o objetivo de melhorar as condições.

Elaboração e acompanhamento do processo de fornecimento de fruta escolar aos alunos do 1.º Ciclo, para o ano letivo 2014/2015.

Apoio administrativo do Conselho Municipal de Educação.

Organização e análise dos pedidos de auxílios económicos (185 processos) aos alunos do 1.º CEB, provenientes de agregados familiares carenciados.

No ano letivo 2014/2015, no âmbito dos Transportes Escolares procedeu-se à adequação da análise dos pedidos efetuados pelos alunos à legislação vigente – DL nº 299/84, de 5 de Setembro. Deram entrada 1.156 pedidos de transporte escolar, tendo sido deferidos 923 pedidos, indeferidos 187 devido ao não cumprimento do disposto legal e 46 pedidos arquivados. Do universo total de pedidos, 220 foram alvo de parecer por parte dos técnicos de SIG e 37 foram analisados pelos serviços de ação social.

Com o encerramento de escolas do 1º ciclo pela DGEstE, nomeadamente as escolas do 1º ciclo do Tojeiro e da Portela, a Câmara Municipal procedeu à contratação de transporte específico para os cerca de 30 alunos que foram deslocalizados para as escolas de acolhimento.

Preparação de propostas a incluir numa candidatura ao Investimento em instalações escolares a integrar no ITI – CIM Região de Coimbra, relacionada com a Requalificação e Modernização do Parque Escolar.

Certos de que a aposta na requalificação e modernização das infraestruturas escolares é simultaneamente apostar num futuro moderno e positivo para o nosso Concelho continuamos, com empenho e dedicação no sentido de modernizar o parque escolar.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'Inês' and other illegible text.



É essencial valorizar e modernizar a escola, criar as condições físicas que favoreçam o sucesso escolar dos alunos e consolidar o papel das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) enquanto ferramenta básica para aprender e ensinar nesta nova era.

Considerando ainda que a escola tem tido um papel preponderante na redução das desigualdades de acesso às novas tecnologias, torna-se pois imprescindível requalificar e modernizar o parque escolar do nosso concelho, ao nível do pré-escolar e primeiro ciclo.



Handwritten notes and signatures in blue ink:
D. G. G.
2-1-10
L. P. C.
L. P. C.
L. P. C.
L. P. C.
L. P. C.



7.5.2 Ação Social

Preparação de propostas a incluir numa candidatura aos Investimentos nas infraestruturas sociais e na saúde a integrar na ITI – CIM Região de Coimbra.

A rede de serviços e equipamentos sociais é uma realidade que resulta do esforço e envolvimento de entidades de diversas naturezas, no sentido de fazer face às dificuldades geradas pelas dinâmicas sociais, localizando-se nas zonas consideradas pelas próprias como prioritárias para a intervenção social.

O estudo da localização e caracterização das diversas entidades gestoras de equipamentos e valências sociais do Município de Montemor-o-Velho permitiu concluir que são 14 as entidades gestoras a intervir no território municipal.

As IPSS são as instituições que estão no terreno, junto das populações e conhecem de perto a sua realidade e de muitas famílias carenciadas. Os equipamentos sociais destas entidades prestam apoio à população do concelho nos diversos tipos de respostas sociais, independentemente da sua finalidade, seja ela residencial, ambulatória ou mista.

De uma situação em que um equipamento social abrangia apenas uma resposta social, passou-se para uma situação em que no mesmo equipamento social estão sedeadas várias respostas sociais, dirigidas ou não para a mesma população-alvo ou grupo-alvo.

Esta realidade, que se traduz em benefícios de aproveitamento de infraestruturas e de meios humanos, com claras vantagens para os diversos tipos de utentes, tem vindo a ser cada vez mais equacionada, quer ao nível da conceção inicial do equipamento social, quer mesmo, posteriormente, aquando do trabalho de ampliação ou remodelação das instalações existentes.

É neste sentido que é imprescindível dotar estas instituições de recursos que lhes permitam dar as respostas sociais adequadas às necessidades das populações.

Regulamento das Bolsas de Estudo

A Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, tendo em conta os princípios da equidade, da justiça social e da igualdade de oportunidades e ainda dadas as alterações sociais e económicas ocorridas nos últimos anos, considerou fundamental alterar o Regulamento das Bolsas de Estudo e incluir outros níveis de ensino, bem como adequar o cálculo do rendimento *per capita* do agregado familiar à sua própria realidade, pretendendo efetivamente apurar quem se encontra em situação de fragilidade económica. Por outro lado, decidiu também atribuir, como novos critérios, bolsas de mérito e excelência, de forma a incentivar e estimular o sucesso escolar, distinguindo quem se empenha por uma formação mais satisfatória e ainda bolsas por situações especiais ou incapacidade.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the name "Luis" and other illegible signatures.

Plataforma de Atendimento Integrado

A Plataforma de Atendimento Integrado é um projeto fundamental para que a intervenção ao nível social seja efetuada de forma articulada e em rede, rentabilizando os recursos existentes (materiais e humanos), com o intuito de evitar as sobreposições no atendimento/acompanhamento de indivíduos e famílias com problemas sociais, constituída através de uma base de dados onde se encontrem identificados todos os casos sociais do concelho, o seu acompanhamento e respetiva atualização.

Programa Montemor Sénior

Este Programa tem como principal objetivo a dinamização de iniciativas direcionadas para os idosos, nas diversas vertentes, salientando-se a interação entre gerações, o enriquecimento cultural, a adoção de estilos de vida saudável e a prática de desporto. Assim, em 2014 foram realizadas as seguintes atividades: “Gerações no Parque”, “Envelhecimento saudável”, “Rotas Culturais”, “Dia Internacional do Idoso” e “Festa de Natal Intergeracional”. Manteve-se o apoio habitual, através do acompanhamento de situações, a teleassistência, o Grupo de Trabalho de Idosos e outras ações específicas de acordo com as necessidades de intervenção.

CLDS+

Levantamento sócio empresarial do concelho, em parceria com a SIPADES (foram caracterizadas 480 empresas); oficinas ocupacionais para a doença mental; ciclos de formação em educação parental; e ações de sensibilização nas seguintes áreas: orçamento familiar, alimentação; cuidar de si com receitas caseiras, higiene e segurança no trabalho, prevenção de acidentes e primeiros socorros, higiene e organização do espaço habitacional, prendas de natal com material reciclado.

Acompanhamento, fiscalização e gestão do funcionamento dos refeitórios das IPSS's do concelho, mediante a realização de vistorias, tendo sido implementadas medidas corretivas, com o objetivo de melhorar as condições.

Saúde

No âmbito da saúde, foram realizadas várias sessões de sensibilização e de atividade física que envolveu a comunidade escolar do concelho de Montemor-o-Velho, sendo esta uma das apostas da Câmara Municipal na prevenção primária da diabetes, pelo que o mês de novembro foi considerado o mês da Diabetes.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '99' and various illegible signatures.

De referir ainda que foi efetuada candidatura ao projeto “Portugal Sem Diabetes” promovido pela Associação de Diabéticos de Portugal.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Montemor-o-Velho

Atendimento de famílias/pessoas que sinalizaram crianças e jovens em risco/perigo (presencialmente/telefonicamente).

Acompanhamento de crianças e jovens em risco/perigo, análise das situações e apresentação de propostas de medidas a aplicar (Gestora de Processos).

Visitas Domiciliárias (residência das crianças e jovens sinalizados).

Articulação com outros serviços e instituições, nomeadamente, com os Serviços do Ministério Público, Tribunal, Autoridades Policiais, Escolas, Serviços de Saúde (telefonicamente/presencialmente).

Informatização de Processos de Promoção e Proteção relativos a crianças/jovens sinalizados a esta CPCJ (Aplicação Informática da Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco).

Reorganização dos processos das crianças e jovens em função do andamento dos mesmos, dos quais alguns foram arquivados, outros remetidos ao Ministério Público e a outras CPCJ's, e os outros continuam em acompanhamento.

Handwritten notes and signatures:
9
4
2-1-3-1
Sim 6/20
huly
da
Oh
R



7.6 Cultura e Turismo

7.6.1 Cultura

7.6.1.1 Arqueologia

Na área da Arqueologia, para além da emissão de pareceres no âmbito de processos de obras particulares, da realização de investigação e acompanhamento de todas as situações relacionadas com o património arqueológico, o ano de 2014 foi marcado, sobretudo, pelo projeto de sondagens arqueológicas prévias de diagnóstico na envolvente da Capela de Nossa Senhora do Desterro, em Montemor-o-Velho. Neste âmbito, foram escavados 3 quadrados, com 4x4m cada, tendo-se verificado que apenas um não continha qualquer informação arqueológica.

O quadrado N7, apesar da enorme e profunda destruição levada a cabo pelo proprietário em finais do século XIX, revelou estruturas interessantes do ponto de vista arqueológico. Com efeito, embora com algumas ressalvas, parece poder afirmar-se que se trata de uma zona de termas privadas, tendo sido detetada em negativo (tal é a destruição do sítio), cortada no estrato geológico, uma absíde que adossa ao muro. Para além disto, foram encontradas outras estruturas em tijolo, que se devem atribuir a uma suspensura (suporte de piso de termas, feito em arcos ou colunas), bem como uma enorme quantidade de cinzas, levando a concluir que esta zona deve ter sido *praefurnium* (fornalha), para aquecimento do pavimento e paredes deste compartimento termal em absíde. Os materiais de construção encontrados também parecem corroborar esta hipótese das termas, pois alguns são específicos de estruturas com esta funcionalidade, nomeadamente os lateres *vousoir* e uns tijolos paralelepípedicos de corte quadrangular. Verificou-se igualmente que o muro, depois da interrupção provocada pela destruição de finais do séc. XIX, reaparece em direção a Nascente.

O quadrado N8 apresentou também resultados interessantes. Em primeiro lugar, confirma-se a continuidade do muro, detetado inicialmente em N7, e que já apresenta mais de 8 metros de extensão, por 0,50 de largura, o que leva a supor que seria um muro importante, mesmo definidor das estruturas desta área. Foi também descoberto um piso de *opus signinum* ("betão" romano impermeável utilizado na construção de tanques/piscinas), bastante destruído, mas que foi possível descortinar que limitaria com o muro, pelo que estaria com ele relacionado. A presença deste pavimento de *opus signinum* (de tanque/piscina) será mais um elemento para apoiar a ideia de que estamos a intervir numa área que deve corresponder a umas antigas termas privadas (do proprietário da *villa* e associadas a ela). Este quadrado já apresenta uma menor destruição, embora ela continue bem presente e claramente visível no desmonte do muro para reaproveitamento de pedra, aparecendo também já alguma cerâmica (pouca) que não de construção.

g
P
romana
M
P
P
P

São de realçar para além da cerâmica comum e de cozinha, dois fragmento de cerâmica *Sigillata Sudgálica* (cerâmica de importação do Sul da Gália, de mesa, de luxo), um possível fragmento de *Sigillata Clara C* (cerâmica de importação do Norte de África, de mesa, de luxo) e um fragmento de lucerna. De notar que, numa primeira análise, estes materiais parecem todos apontar para uma cronologia de finais do séc. I d.C. Para além dos trabalhos de escavação propriamente ditos, foram ainda efetuados levantamentos topográficos das estruturas e contextos arqueológicos, bem como de preparação de desenho de planos e perfis.

7.6.1.2 Arquivo Municipal

Gestão corrente e tratamento arquivístico

O Arquivo Municipal, enquanto sistema de informação, tem que assegurar, de maneira eficiente e eficaz, a gestão de todo um conjunto de questões relacionadas com o tratamento, acesso, controlo e manuseamento, bem como a pesquisa e difusão da informação que abrange. Assim, estas componentes revelam-se primordiais para a agilização administrativa, isto é, na melhoria da qualidade da informação e na diminuição dos tempos de resposta ao cidadão, contribuindo para a organização da informação e do seu alcance nos serviços.

Neste sentido, o Arquivo Municipal tem desenvolvido algumas atividades no campo da transferência, organização, inventariação, digitalização e tratamento arquivístico de séries documentais do Fundo do Município de Montemor-o-Velho.

Restauro de livros de atas da Câmara

O Arquivo Municipal de Montemor-o-Velho é o repositório da história e costumes das gentes que fizeram deste território um caso único que merece ser preservado, estudado e divulgado, contribuindo desta forma para a consolidação da identidade local e enraizamento cultural. O Arquivo Municipal de Montemor-o-Velho tem uma vida longa, existe desde a Idade Média, altura em que foi criado o Concelho, mas tem sido sinuosa, sobretudo no século XX, derivado ao abandono e desinteresse a que foi votado.

Tal como em muitos outros Municípios, as condições físicas a que a documentação foi sujeita fez com que alguns documentos se perdessem e outros se deteriorassem de forma quase irreversível. Por todos os motivos já expostos, foram recuperados 8 livros de atas/vereações da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, uma parte da série documental mais importante para a história do município e uma das mais degradadas.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '9', an arrow pointing up, and several illegible signatures.



7.6.1.3 Biblioteca Municipal

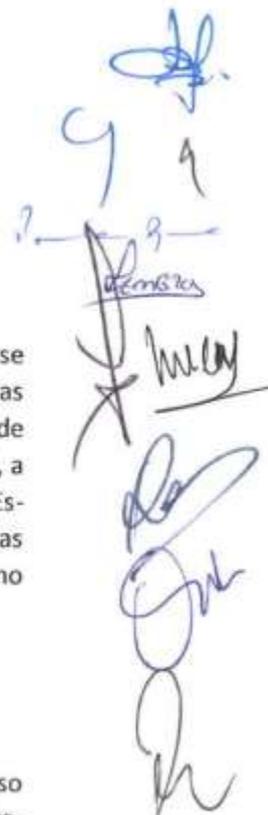
Efetuaram-se todas as diligências necessárias para agilizar questões de logística que se prendem com a gestão corrente do edifício e dos seus serviços. Foram realizadas várias atividades ligadas com a promoção do livro e da leitura, salientando-se o “Projeto de Promoção do Livro e da Leitura nas Escolas do 1º Ciclo - Projeto “Livros Partilhados”, a Hora do Conto, Oficinas Criativas, o Concurso de Histórias e Ilustrações, Oficina do Estudo, Dia da PLAYSTATION. Ao longo do ano, passaram pela Biblioteca Municipal várias exposições, abrangendo várias temáticas, bem como foram promovidas várias ações no Auditório, organizadas pelos serviços municipais e por entidades externas.

Projetos

- “Conversas com sabor a canela” é uma rubrica mensal da Biblioteca Municipal Afonso Duarte, com a colaboração da escritora montemorense Lurdes Breda. Esta iniciativa pretende trazer ao concelho de Montemor-o-Velho autores de abrangência nacional e internacional, ao mesmo tempo que promove e divulga os autores e artistas locais, num ambiente descontraído, em total cumplicidade com o público presente, enquanto se saboreiam biscoitos e chá, por entre literatura, ilustração, música e até mesmo teatro ou dança.

- Realização do projeto Uma Noite Na Biblioteca, que pretende levar crianças dos 7 aos 12 anos, para um divertido “Acampamento” dentro da Biblioteca Municipal. As atividades procuram aproximar as crianças do universo dos livros, mostrando que a biblioteca também é um lugar agradável e prazeroso onde o livro é tratado como um amigo e companheiro de aventura. Foram realizadas várias atividades, como música, dança, gincanas culturais, teatro de fantoches, entre outras. Em algumas salas da Biblioteca Municipal Afonso Duarte atores devidamente caracterizados representaram grandes personagens e autores do mundo da literatura. Depois das atividades as crianças dormiram nas salas da Biblioteca Municipal, e, pela manhã do dia seguinte regressaram a suas casas.

- Realização do projeto Munda Lusófono – I Encontro Literário de Montemor-o-Velho. O rio Mondego já era citado por viajantes e historiadores, na época dos romanos, que lhe chamavam Munda. “Munda Lusófono – 1º Encontro Literário de Montemor-o-Velho” foi um evento organizado pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, com a colaboração da escritora montemorense Lurdes Breda, e que decorreu, em Montemor-o-Velho, nos dias 4 e 5 de outubro de 2014.



Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the name 'Lurdes Breda' and other illegible signatures.

Bibliotecas Escolares

Foi prestado todo o apoio no âmbito do SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares), nomeadamente com a prestação de o apoio técnico in loco de uma técnica profissional de BAD. (Atualização de base de dados bibliográfica, Indexação de conteúdos, catalogação de analíticos, cabeçalhos de assuntos, arrumação por assunto nas estantes, entre outros). Foi ainda preparado o conteúdo a incluir no Portal da Rede das Bibliotecas Escolares.

7.6.1.4 Galeria Municipal

A Galeria Municipal tem desenvolvido as suas atividades ininterruptamente com a realização de exposições, lançamentos de livros e outros. Em 2014, procedeu-se ao alargamento do horário de funcionamento e das suas valências, nomeadamente como posto de informação.

7.6.1.5 Apoio ao Associativismo

A alteração do regulamento de apoio municipal a associações nas mais variadas expressões artísticas (música, teatro, folclore, património) e instituições particulares de solidariedade social (IPSS) teve como objetivo principal disciplinar a atribuição de apoios aos diversos intervenientes no desenvolvimento cultural, recreativo e social do município, garantindo maior eficácia, rigor e transparência. Prosseguindo este objetivo, o Município facultará a informação e o aconselhamento necessários aos dirigentes das associações, coletividades e instituições, bem como promoverá sinergias junto do tecido associativo.

Pretendeu-se, ainda, implementar uma política que promova o aparecimento e a realização de projetos culturais, recreativos, artísticos e sociais, de reconhecida qualidade e interesse para o concelho, devendo possibilitar a criação de condições técnicas, logísticas e materiais a todos os níveis para o fomento e apoio a este desenvolvimento.

O Município de Montemor-o-Velho procura, deste modo, assumir um papel dinamizador e facilitador junto das associações culturais e recreativas e IPSS, apoiando e colaborando, bem como valorizando o esforço e trabalho dos seus dirigentes e associados, com o objetivo de contribuir para a construção de um tecido associativo mais forte na articulação entre o profissionalismo e o voluntariado, num espírito de cidadania participada.

91
2-10-14
Amg?cs
J. Mendes
de
S. S. S.

7.6.1.6 Eventos Culturais

12.º Festival do Arroz e da Lampreia | sabores do campo e do rio

A gastronomia como manifestação de cultura desempenha um importante papel de promoção dos produtos locais, recuperação de vivências e modos de fabrico de outros tempos, atrativo turístico e de dinamização da população. Foi neste contexto que foi criado o Festival do Arroz e da Lampreia em 2002. Ao longo dos anos sofreu alterações de programação e de localização, adequando-se às circunstâncias.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho realizou o 12.º Festival do Arroz e da Lampreia | sabores do campo e do rio, entre os dias 14 e 23 de março de 2014, no Centro Histórico da Vila de Montemor-o-Velho, junto ao Mercado Municipal.

Este evento pretendeu divulgar o património gastronómico e cultural do concelho, com base nos seguintes pressupostos:

- Interesse relevante na promoção dos produtos endógenos, ligados ao rio, realçando-se a lampreia; ao campo, salientando-se os produtos hortícolas e o Arroz Carolino do Baixo Mondego (Indicação Geográfica Protegida); e a doçaria, onde se destaca a Queijada de Pereira, a Queijada de Tentúgal, a Pinha de Montemor e o Pastel de Tentúgal (Indicação Geográfica Protegida);
- Incentivo ao comércio local, sobretudo na área da restauração, com a promoção de uma mostra de gastronomia nos restaurantes;
- Recuperação e divulgação de receituários antigos da gastronomia local, que foram apresentados em espaço de destaque no Festival, a “cozinha tradicional”;
- Maior envolvimento da população no evento, trazendo-o do Centro Náutico para o Centro Histórico da Vila;
- Maior proximidade com o tecido associativo do concelho, através das condições privilegiadas de participação nas “tasquinhas”, ponto de venda do café e na animação cultural, exclusivamente dinamizada pelas associações concelhias;
- Criação de parcerias com outros municípios, para promoção da região e dos seus produtos, com a participação dos Municípios de Condeixa-a-Nova, Penacova, Vila Nova de Poiares, Miranda do Corvo e Lousã;
- Maior incentivo aos participantes nas “tasquinhas”, no sentido de manter um elevado padrão de qualidade da oferta e não descaracterizar a gastronomia local, através da atribuição de um prémio pela melhor decoração e a realização de uma “Prova Cega”.

Handwritten notes in blue ink on the right margin, including a large number '9', a question mark, and various signatures and scribbles.

Feira do Ano – Festas Concelhias 2014

As feiras são a nota mais viva e o maior testemunho patrimonial do quotidiano de um povo. A vila de Montemor-o-Velho mantém, ainda hoje, duas feiras, de existência bem recuada no tempo e de extrema importância para a vida do Concelho.

A feira anual realiza-se no dia 8 de setembro e teve a sua origem, provavelmente, na festa que nesse dia se realizou durante muito tempo no Hospital de Nossa Senhora de Campos e que envolvia toda a população da Vila. Foi o Infante D. Pedro que solicitou a licença para a criação da feira franca em Montemor-o-Velho. Efetivamente, D. João I e D. Duarte, a pedido do Regente, concederam em 1426 a licença para aí se realizar uma feira franca de 1 a 15 de setembro. Porém, no tempo de D. Afonso V a sua duração encurtou para oito dias e, posteriormente, para 4 dias antes da festa de Santa Maria de setembro e 4 dias após a mesma. Eram dias de grande movimento e folia, onde quase todos os habitantes do concelho se deslocavam a Montemor-o-Velho para vender, comprar, fazer negócio e divertir-se, pois a animação era constante.

Além da feira anual, existe uma feira quinzenal, à quarta-feira. Augusto Nunes Pereira, em 1933, referia-se a esta feira desta forma: “a quarta-feira em que há feira é quarta-feira casada; aquela em que não há feira é quarta-feira solteira.”

Dado que era a altura do ano em que se verificava maior afluência à vila, a Câmara Municipal deliberou a 13 de julho de 1972 a mudança da comemoração do feriado municipal de 10 de agosto para o dia 8 de setembro, Dia da Natividade da Virgem ou Santa Maria e com ligação à ancestral feira anual.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho pretendeu manter viva toda a envolvência destas tradições, realizando a Feira do Ano 2014, entre os dias 5 e 14 de setembro de 2014, no Largo da Feira e espaços circundantes.

É um evento de cariz cultural, social, económico, agrícola e de animação popular, que teve como objetivos divulgar os produtos endógenos, o património histórico e cultural, o associativismo e as potencialidades do concelho, designadamente o setor agrícola, o tecido empresarial, a gastronomia e o turismo. Esta organização da Câmara Municipal teve como base os seguintes pressupostos:

- Maior abrangência e participação de todas as freguesias do concelho, contribuindo desta forma para a criação de laços e para a partilha de experiências;
- Interesse relevante na promoção dos produtos endógenos, ligados ao campo, ao artesanato e à doçaria, onde se destaca a Queijada de Pereira, a Queijada de Tentúgal, a Pinha de Montemor e o Pastel de Tentúgal (Indicação Geográfica Protegida);
- Incentivo ao comércio local, sobretudo na área da restauração, com a promoção de uma mostra de gastronomia nos restaurantes;

Handwritten notes in blue ink, including a signature and the name "Augusto Nunes Pereira".



- Maior proximidade com o tecido associativo, através das condições privilegiadas de participação, contribuindo igualmente para a dinamização e bem-estar da população;
- Maior envolvimento da população no evento, trazendo-o de volta ao Largo da Feira;
- Maior dinamização da agricultura e do setor empresarial que constituem um importante pilar de criação de riqueza, de emprego e de oportunidades de negócio.

Este evento contou com 1 hectare de Feira; 1, 5 hectare de exposições e animação; 200 m2 de animação infantil (Moriândia), cerca de 80 expositores; 5 tasquinhas tradicionais; 15 tendas de bebidas, petiscos e licores; 3 montras de doçaria e 10 dias de animação.

Festival Forte

A Soniculture realizou no Castelo de Montemor-o-Velho, com o apoio da Câmara Municipal, um festival de música, designado por Festival Forte, nos dias 28 a 30 de agosto de 2014. Este evento teve como objetivos apresentar artistas que ocupam um lugar de destaque na música eletrónica nacional e internacional; desenvolver um nicho de mercado relacionado com este tipo de música, aliado ao património cultural; e fomentar a economia local, não só com a presença de alguns milhares de pessoas oriundas de vários pontos do país, como também envolvendo a estrutura económica local com os serviços prestados à realização do Festival. Como complemento à música, a Soniculture pretendeu ainda apresentar momentos de efeitos visuais, através de uma integração harmoniosa com a beleza do castelo, utilizando técnicas avançadas de *video-mapping* com as estruturas já existentes.

Dado que se trata de um Monumento Nacional, este evento contou com a prévia autorização da Direção Regional da Cultura do Centro. Por outro lado, de forma a demonstrar a justificação da escolha do local do evento no Castelo de Montemor-o-Velho, a Soniculture pretendeu com esta iniciativa ajudar a financiar algumas intervenções no Monumento Nacional, nomeadamente, restauro do pórtico principal e da porta lateral, manutenção/limpeza do telhado da Igreja de Santa Maria de Alcáçova. Assim, é notória a preocupação da empresa organizadora na preservação do património nacional, devendo ainda realçar-se que, do plano de conservação cumprido, consta a existência de zonas restritas e interditas (inaccessibilidade a muralhas e jardins), cuidado especial na limpeza do espaço, conceção do palco com uma estrutura minimalista e a decoração e iluminação não estarão em contacto físico com as muralhas, não causando impacto visual dissonante.

Handwritten notes in blue ink on the right side of the page, including a large number '9' and several illegible signatures and scribbles.



7.6.1.7 Rede de Castelos e Muralhas do Mondego

O programa estratégico da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego (Municípios de Coimbra, Figueira da Foz, Pombal, Soure, Montemor-o-Velho, Lousã e de Miranda do Corvo) (Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (QREN 2007 – 2013 | Eixo Prioritário 2 – Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos) foi realizado a vários níveis, nomeadamente, na realização dos eventos comuns no município: o Jogo 'Quinto Império', Evento 'Música & Muralhas'; conteúdos para o projeto Aúdioguias; conteúdos para website; operacionalização do Projeto 'Biscoito da Rede'; apresentação de contributos do Plano de *Marketing e Branding*; apresentação de contributos do documento 'Caracterização do Potencial Criativo e Cultural'; conteúdos para o Projeto 'Malletas Pedagógicas'; e monitorização da operação individual.

7.6.2 Turismo

Foram realizadas atividades lúdicas, pedagógicas e de lazer no castelo e centro histórico da vila, destacando-se visitas guiadas, visitas orientadas e uma visita guiada noturna.

A partir do dia 1 de abril de 2014, iniciou-se o levantamento do total de visitantes do Castelo, procedendo-se ao registo segundo o escalão etário/sexo, tendo-se verificado um total de 95.984 visitantes, entre abril e dezembro de 2014. De janeiro a março, a estatística existente diz apenas respeito ao Posto de Turismo, onde se registaram 2.236 visitantes.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and some illegible text.



7.7 Juventude e Desporto

7.7.1 Piscinas Municipais

Quadro n.º 32_ Evolução do n.º de utentes da Escola Municipal de Natação em 2014

Designação	UTENTES				Total
	0-3 anos	4-17 anos	18-59 anos	+60 anos	
Janeiro	40	316	193	83	632
Fevereiro	42	319	204	86	651
Março	40	315	206	86	647
Abril	41	313	204	89	647
Maio	45	313	199	84	641
Junho	50	319	204	84	657
Julho	44	263	185	79	571
Agosto	0	0	0	0	0
Setembro	41	278	174	86	579
Outubro	53	311	200	88	652
Novembro	54	314	203	89	660
Dezembro	50	305	188	87	630
TOTAL	500	3.366	2.160	941	6.967

Quadro n.º 33_ Evolução do n.º de utentes em de 2014

Designação	UTENTES				Total
	0-3 anos	4-17 anos	18-59 anos	+60 anos	
Janeiro	4	61	239	31	335
Fevereiro	4	71	305	37	417
Março	5	77	330	38	450
Abril	5	84	348	38	475
Maio	5	88	372	39	504
Junho	5	95	379	42	521
Julho	5	96	382	42	525
Agosto	0	0	0	0	0
Setembro	0	20	115	31	166
Outubro	2	39	184	37	262
Novembro	2	59	226	40	327
Dezembro	2	62	237	40	341
TOTAL	39	752	3.117	415	4.323

909

2014-2015

Almeida

Almeida

Almeida

Quadro n.º 34_Evolução o n.º de utentes em Natação Livre em 2014

Actividade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Adaptação ao meio aquático	1.254	958	873	977	958	663	1.372	38	394	1.164	1.043	963	10.655
Aperfeiçoamento	3.331	3.070	2.750	2.897	2.745	2.453	3.716	49	605	2.693	2.835	2.740	29.884
Aprendizagem	2.239	1.836	2.059	2.155	2.280	2.152	3.533	44	562	2.033	2.129	2.182	23.202
Bébés	410	308	376	338	365	338	603	53	219	544	549	421	4.521
Fitness	460	430	410	460	320	140	200	0	0	0	0	0	2.420
Hidroginástica	4.746	4.126	4.470	4.270	4.491	3.875	7.472	164	887	3.877	4.048	3.971	46.396
TOTAL	12.439	10.727	10.936	11.097	11.159	9.620	16.895	347	2.666	10.310	10.603	10.277	117.078

7.7.2 Pavilhão Municipal

Quadro n.º 35_Registo do n.º de utentes do Pavilhão Municipal em 2014

Mês	M	F	TOTAL
Janeiro	2.038	1.549	3.587
Fevereiro	2.270	1.521	3.791
Março	1.793	1.247	3.040
Abril	1.011	726	1.737
Mai	1.724	1.260	2.984
Junho	768	452	1.220
Julho	233	83	316
Agosto	0	0	0
Setembro	1.162	552	1.714
Outubro	2.197	1.599	3.796
Novembro	2.332	1.180	3.512
Dezembro	1.431	570	2.001
TOTAL	16.959	10.739	27.698

Eventos realizados no Pavilhão Municipal

Seniores mexem-se por envelhecimento saudável

Cerca de duas centenas de seniores estiveram em movimento por um envelhecimento saudável, na tarde de quarta-feira, dia 15 de outubro. O pavilhão municipal de Montemor-o-Velho acolheu o evento organizado pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, em articulação com a Santa Casa da Misericórdia de Montemor e o iMontemor+ (CLDS+).

Open Internacional de Karaté da AKMV reúne 250 atletas

No dia 1 de junho, o Pavilhão Municipal de Montemor-o-Velho acolheu o Open de Karaté da AKMV – Associação de Karaté de Montemor-o-Velho.

A competição, que reuniu 250 atletas, assinalou, conforme referiu Álvaro Fabião, presidente da AKMV, “os 24 anos do karaté em Montemor-o-Velho e o 10º aniversário da associação”.

Estiveram presentes 16 equipas portuguesas e seis equipas espanholas, em representação da comunidade autónoma da Estremadura, Espanha.

Campeonato de Boccia Sénior por equipas - Zona Centro

O Campeonato de Boccia Sénior - equipas, Zona Centro, reuniu, no dia 10 de abril, mais de duas centenas de atletas em Montemor-o-Velho. Com muita animação e desportivismo, a iniciativa realizou-se no Pavilhão Municipal de Montemor-o-Velho.

Com um total de 211 atletas em prova e em representação das equipas da Casa do Povo de Abrunheira (CPA), da Associação da Casa do Povo de Maçãs D. Maria, da Câmara Municipal de Ílhavo, do C.S.C.R. de Poutena, do Ginásio Clube de Tomar, da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, da Liga dos Amigos de Aguada de Cima, da Santa Casa da Misericórdia de Águeda, do Rotary Club de Ansião, da Santa Casa da Misericórdia de Anadia e da Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere, o momento procurou celebrar o desporto e, ao mesmo tempo, promover o convívio e um envelhecimento mais saudável.

7.7.3 Centro Náutico

Quadro 36_ Utilizações mensais no Centro Náutico no ano de 2014 (n.º utilizações)

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
N.º utilizações	765	934	1.025	1.776	1.088	1.155	959	877	673	944	1.006	826	12.028

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below.



Eventos realizados no Centro Náutico

Nacionais de Velocidade no Centro Náutico

O Centro Náutico de Montemor-o-Velho foi, mais uma vez, palco do Campeonato Nacional de Velocidade. Mais de cinco centenas de atletas, entre iniciados, infantis e cadetes, em representação de 47 clubes, competiram no primeiro fim-de-semana de agosto, em Montemor-o-Velho, pelo título de campeões nacionais de 2014.

No final da competição que, durante 2 fins-de-semana, reuniu em Montemor cerca de 1000 atletas, o Clube Náutico de Ponte de Lima sagrou-se Campeão Nacional de Velocidade 2014, ladeado pelo Náutico de Crestuma e o Náutico do Prado, no 2º e 3º lugar.

Centenas de canoístas no Centro Náutico de Montemor-o-Velho

No fim-de-semana de 26 e 27 de julho, o Centro Náutico de Montemor-o-Velho recebeu o Campeonato Nacional de Regatas em Linha nos escalões de Seniores, Juniores e Veteranos.

Com mais de 500 atletas em prova em representação de quase 50 clubes, a festa desportiva contou com a presença de muito público que assistiu à acesa disputa pelos títulos de campeão nacional de 2014.

Explosão de alegria no Centro Náutico de Montemor-o-Velho

No dia 30 de maio, milhares de crianças viveram um dos dias mais felizes do ano! A celebração antecipada do Dia Mundial da Criança, preparado pela Câmara Municipal, encantou os mais novos e proporcionou-lhes experiências inesquecíveis.

Ao longo do dia, as brincadeiras e a animação foram uma constante para as cerca de 1300 crianças do pré-escolar, público e privado, e das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico do concelho.

Recorde-se que, em Montemor-o-Velho, o Dia Mundial da Criança foi organizado pela Câmara Municipal e contou com os apoios da Associação Diogo de Azambuja, do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho, do Clube Infante Montemor, do Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana de Montemor-o-Velho, dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, da Federação Portuguesa de Canoagem, do Centro Equestre, e das empresas Moisés Correia de Oliveira, Continente e Vimeiro.

9
9
1-1-9-0
Pensar
MCM
do
Guh
M

Festa do Desporto Escolar no Centro Náutico

No dia 2 de maio, o Centro Náutico de Montemor-o-Velho recebeu o Campeonato Regional de Canoagem do Desporto Escolar. O desportivismo e o convívio foram os ingredientes fundamentais para a festa desportiva realizada naquele equipamento desportivo.

Depois da conquista do 2º lugar, nos 2000 metros, e de ter vencido a prova dos 200 metros, Luís Ferreira, aluno do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho (AE-MOV), não escondia a sua satisfação, avançando que se vai "continuar a treinar para conseguir um bom resultado nos Nacionais e, se possível, melhorar os resultados do ano anterior".

700 Canoístas no Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho

Nos dias 12 e 13 de abril, 700 atletas, em representação de 40 clubes, estiveram no Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho na I Taça de Portugal de Velocidade.

À margem das cerimónias de entrega de medalhas, o presidente da Federação Portuguesa de Canoagem, Vítor Félix, fez "um balanço muito positivo da prova".

Daí a organização de "uma competição com um elevado critério de qualidade" que contou com apoio da Câmara Municipal que, de acordo com o dirigente desportivo, "fez todos os esforços para que fosse possível estarmos aqui com estas condições".

Centro Náutico de Montemor recebeu Nacionais de Remo

O Centro Náutico de Montemor-o-Velho foi, no passado fim-de-semana (19 e 20 de julho), o palco dos Campeonatos Nacionais de Juniores e Seniores de remo. A Taça Lisboa, mítico troféu em prata da modalidade, o mais antigo troféu disputado em Portugal, rumou a Viana do Castelo com os campeões nacionais Viana Remadores do Lima. A dupla olímpica, Pedro Fraga e Nuno Mendes, voltou à pista do Centro Náutico de Montemor-o-Velho para conquistar mais um título de campeões nacionais pelo Sporting Club de Portugal.

Regata Internacional Litocar foi um sucesso

Num fim-de-semana dedicado ao desporto, o Clube Naval Infante D. Henrique veio a Montemor-o-Velho conquistar a Taça João Medeiros, disputada na 9ª Regata Internacional Litocar. Em 2º lugar ficou a Académica, tendo o Ginásio Clube Figueirense (GCF) subido ao 3º lugar do pódio.



Organizada pelo GCF, a prova, realizada no Centro Náutico de Montemor-o-Velho, contou com 26 clubes, 9 dos quais espanhóis, 614 tripulações, num total de 714 remadores, que disputaram mais de 30 provas dos escalões de infantis, iniciados, juvenis, absolutos e veteranos, em 500 metros e 2000 metros (Shell de 8 absoluto masculino). Pelo segundo ano consecutivo, a regata integrou ainda provas de remo adaptado.

3ª Taça Nacional ANDDI de Remo Indoor no Centro Náutico

No dia 6 de março, o Sol deu um ar da sua graça e permitiu que a Taça Nacional ANDDI de Remo Indoor, que se realizou pela primeira vez no Centro Náutico de Montemor-o-Velho, tenha sido um sucesso redobrado.

Com uma paisagem deslumbrante, mais de uma centena de atletas, em representação da Unidade Funcional (UF) de Montemor-o-Velho da APPACDM de Coimbra, do Clube Gaia, da CERCIMIRA, da APPACDM Penacova, da APPACDM de Anadia e CEERIA - Alcobça participaram na 3ª Taça Nacional ANDDI de Remo Indoor.

A iniciativa foi organizada pela ANDDI - Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual e pela Unidade Funcional de Montemor-o-Velho da APPACDM e teve a colaboração da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, da Federação Portuguesa de Remo e do Centro de Formação Desportiva do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a signature that appears to be 'M. G. C.' and another that appears to be 'M. G. C.' with a checkmark.



Torneio de Futsal Inter-Freguesias, de Setembro de 2014 a Março de 2015

O I Torneio de Futsal Inter-Freguesias foi organizado pelo Município de Montemor-o-Velho em parceria com a União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, entre o mês de Setembro de 2014 e Março de 2015. O torneio de Futsal Inter-Freguesias, disputado na variante de "Futsal", destina-se a todos os municípios interessados, masculinos ou femininos. Cada Freguesia do Concelho de Montemor-o-Velho inscreveu somente uma equipa de 15 (quinze) jogadores (masculino e feminino). No entanto, a equipa da Junta de Freguesia de Tentúgal desistiu do torneio à 3ª jornada. O torneio de Futsal conta com a colaboração dos árbitros da Associação de Futebol de Coimbra.

Projeto Crescer Saudável

Na sequência do trabalho realizado nos últimos anos, os serviços de desporto, em colaboração com os serviços de educação, iniciaram a atividade física junto dos alunos do pré-escolar do concelho. Por falta de novas diretivas, esta atividade segue as orientações curriculares definidas pelo Ministério da Educação para o ano transato (Manual de Educação Física – 1º CEB), sofrendo algumas alterações, para se adaptar às infraestruturas das escolas e aos alunos, refletindo a experiência obtida pelos professores nos anos anteriores. São abordadas as ações motoras fundamentais utilizando os jogos pré-desportivos sempre que possível.

O conjunto de experiências deste programa tem um carácter lúdico, inserido num ambiente pedagógico de exploração e descoberta de novas possibilidades, sendo primordial a promoção do desenvolvimento motor da criança de uma forma multilateral e harmoniosa.

Atividades física no Pré-Escolar

Quadro n.º 37 _Alunos praticantes de atividade física em 2014 (un.: n.º alunos)

Jardim de Infância	N.º de Alunos	N.º de grupos	Professor
Araze de	37	2 (18+19)	Paulo
Bunhosa	19	1	Lídia
Carapíneira	31	2 (16+15)	Paulo
Meãs	69	3 (23+23+23)	Carlos
Montemor	50	4 (25+25)	Paulo
Seixo	19	1	Paulo
Tojeiro	15	1	Lídia
Pereira	58	2 (29+29)	Carlos

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large '9' at the top and several illegible signatures and scribbles.



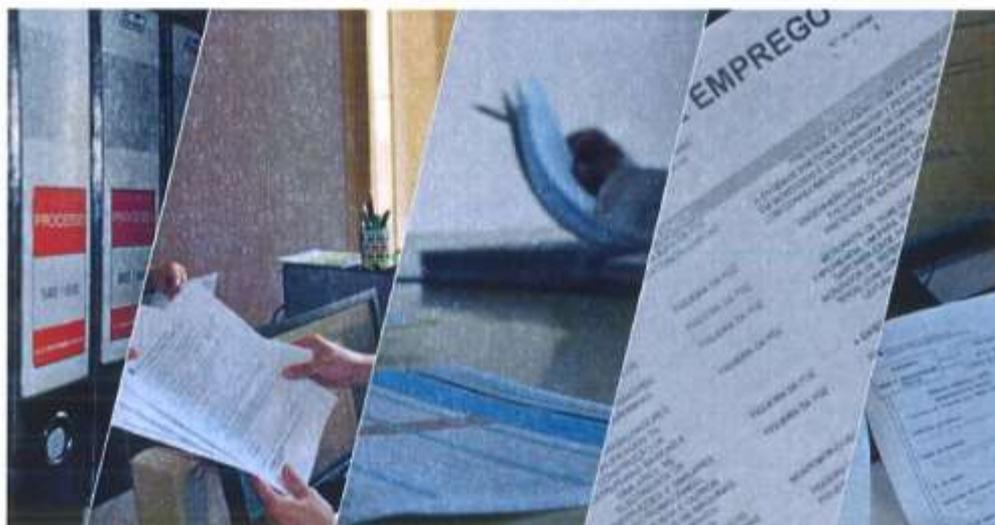
7.8 Inserção Profissional e Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social

Atividades mais relevantes desenvolvidas no ano de 2014 na área de Inserção Profissional e Desenvolvimento Económico e Social:

- Registos de entrada na Base de Dados do SIPADES/ Inscrições no GIP (130 inscrições);
- Apresentação de desempregados/as a ofertas de emprego (523 Utentes);
- Apoio à procura de emprego – divulgação de concursos públicos;
- Encaminhamento para ofertas formativas (355 Utentes);
- Criação de uma ficha de preenchimento pelos empresários concelhios relativa à publicação de um catálogo promocional dos mesmos;
- Deslocação por todo o concelho, a todas as empresas de porta aberta para entrega da ficha de caracterização empresarial concelhio;
- Criação do catálogo promocional empresarial concelhio e divulgação em conferência de imprensa do mesmo;
- Deslocação à Feira Quinzenal de Montemor-o-Velho, para aplicação de um questionário-sondagem com posterior tratamento estatístico, relativo às intenções de alteração dos feirantes e munícipes do local da Feira para outro sítio;
- Respostas a situações colocadas por utentes, via correio eletrónico;
- Sessões Coletivas de Informação no Auditório da Biblioteca Municipal - Convocatória de Utentes inscritos/as no GIP, organização, apresentação das sessões e recolha das intenções de Utentes (cerca de 800), todos os meses do ano;
- Elaboração do relatório de atividades do GIP para enquadramento no Projeto IMontemor-CLDS+ (trimestralmente);
- Elaboração de *poster* A3 e *flyer* A5 relativos à prova de Duetlo em 05/03/2014;
- Apresentação de proposta para alteração/obra no auditório do Solar dos Pinas;
- Diversas Reuniões de trabalho com o Projeto CLDS+ onde se distribuem tarefas e se discutem metodologias e estratégias de intervenção;
- Envio semanal das ofertas de emprego para o Serviço de Informática da Autarquia para colocação na página web do Município no separador Serviços/GIP;
- Preenchimento da Base de Dados das Empresas, em articulação com o Projeto CLDS+ (575 registos de empresas);

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "Empresas" and several illegible signatures.

- Promoção e participação na sessão relativa ao empreendedorismo promovida pela NERC, realizada na Câmara Municipal;
- Sessão pública durante a Feira de Ano (13/09/2014) onde se divulgaram os resultados preliminares relativos ao inquérito socioeconómico concelhio;
- Colocação diária de carimbos de prova de procuras ativa de emprego por parte dos utentes que consultam as ofertas semanais.



Handwritten notes and signatures in blue ink:
g
↑
? - 10/9/14
ANEXOS
J
MEM
B
J
m



7.9 Planeamento e Gestão Territorial

Ao nível da Gestão Urbanística, foram desenvolvidas inúmeras atividades, tais como o prosseguimento das participações levantadas pela Fiscalização Municipal, a estatística para enviar ao INE e todos os procedimentos relacionadas com queixas diversas, vistorias, embargos e outras medidas de legalidade urbanística.

Também na área do Planeamento nomeadamente na revisão do PDM, Planos de Pormenor e em colaboração apoio à DAOM ao nível da realização de consultas externas sobre projetos de obras objeto de candidaturas a financiamentos.

7.9.1 Planeamento e Gestão do Território

Ao longo do ano de 2014, na área da Gestão Territorial, procedeu-se à execução das tarefas que ficam demonstradas pelos valores/indicadores das atividades mais relevantes (atendendo aos procedimentos de controlo prévio previsto no RJUE) que a seguir se indicam:

- Foram realizadas no total 44 vistorias no âmbito do RJUE: as edificações em ruína/mau estado de conservação, a edificações para efeitos de autorização de utilização, a obras de urbanização inseridas em operações de loteamento, verificação das condições higieno-sanitárias e das condições de segurança contra o risco de incêndio nas instalações de carácter precário/temporário, explorações de massas minerais e recintos improvisados;
- No que se refere ao atendimento ao público, realça-se o atendimento técnico, uma vez que o restante, embora com a colaboração dos técnicos da DPGT, efetua-se diariamente na zona de atendimento. Esse atendimento técnico realizou-se às terças-feiras, embora se tenha efetuado atendimento nos restantes dias da semana consoante a necessidade dos munícipes. Durante o ano de 2014 foram contabilizados 430 atendimentos técnicos.

7.9.1.1 Planeamento

No âmbito do planeamento territorial e projetos, destacam-se as seguintes atividades:

- 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM): Início dos procedimentos para a reavaliação da carta da RAN do concelho de Montemor-o-Velho, análise da Proposta final da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Montemor-o-Velho e proposta das devidas alterações, para remessa às entidades que compõem a Comissão de Acompanhamento;
- Remessa da proposta final da 1.ª revisão do PDM à CCDRC com vista ao agendamento da 5.ª Reunião Plenária da Comissão de Acompanhamento;

9

↑

2-10-2014

2014

2014

2014

2014



- Parque de Negócios de Montemor-o-Velho (PNMMV): Início dos procedimentos para alteração do regulamento do PNMMV, bem como a elaboração das peças desenhadas alteradas que compõe o mesmo;
- Áreas de Reabilitação Urbana (ARU): Início do estudo para a delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana no concelho de Montemor-o-Velho;
- Plano de Intervenção em Espaço Rural (PIER): Início do procedimento para o desenvolvimento do Plano de Pormenor - na modalidade de Plano de Intervenção em Espaço Rural - Parque agrícola I, em Arazede. Reconhecimento de áreas de intervenção e proposta para envio à Reunião de Câmara;
- Limites do Concelho: Reavaliação e reinício do procedimento para a alteração dos limites do concelho (alteração à CAOP) com o concelho de Cantanhede;
- Modernização Administrativa: Criação de novos modelos de informação, bem como reformulação dos serviços, com vista á modernização administrativa.

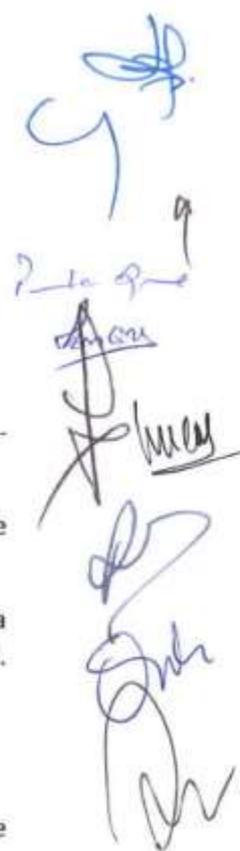
CJ
2-1-9
Lousas
Mun
João
Dan

7.9.1.2 Projetos

No âmbito do planeamento territorial e projetos, destacam-se as seguintes atividades:

- Centro de Alto Rendimento (CAR) – Reunião para verificação de equipamentos e visita ao local;
- Ruas, Castelos e Muralhas (Envolvente Castelo Sul) – Apoio à equipa projetista, reunião de concertação da candidatura (serviços CMMV+ equipa projetista);
- Centro Cultural de Gatões - acompanhamento da obra, fiscalização, vistoria prévia;
- Projetos para a Casa Mortuária em Vila Nova da Barca- Acompanhamento da obra fiscalização; - Produção peças gráficas - alterações ao projeto;
- Estruturas Modelares – Desenvolvimento de estudo para estruturas modelares (stands), consulta de mercado – soluções existentes.
- CMMV – Modernização Administrativa - Layout para reinstalação dos serviços, proposta para a alteração de alguns espaços físicos.
- Feira quinzenal – Projeto de execução e acompanhamento de obra + reformulações e estudos relativamente às reclamações apresentadas + reunião com os feirantes;
- Casa Mortuária do Seixo - Início desenvolvimento do projeto de execução, acompanhamento de obra e alterações ao projeto;
- Eixo Pedonalizado Centro Histórico – RIO - Projeto de execução;

- Sede ACM - Projeto Arquitetura - modelo 3d;
- Cobertura para envolvente à Junta de Freguesia de Liceia – Projeto de Arquitetura;
- Reformulação de habitação para portador de mobilidade condicionada – Faíscas – Projeto de Arquitetura;
- Projeto Global para a feira anual – Colaboração na operacionalização e instalação de toda a feira de ano;
- Postos Multimédia + Posto de Turismo + Reabilitação da Igreja de Sta. Maria Alcáçova no Castelo – Elaboração de processos (peças gráficas+ caderno de encargos) modelo 3d.



Handwritten signatures and notes in blue ink, including a large signature at the top, a signature with '2.ª' and '3.ª' written next to it, and several other signatures below.

7.9.2 Fiscalização Municipal

No âmbito da Fiscalização, apresenta-se de forma resumida o resultado da atividade desenvolvida pela fiscalização:

- 76 Autos de Notícia registados;
- 8 Embargos de Obras levantados;
- 978 Informações emitidas.

7.9.3 Topografia e SIG

Quanto ao SIG destaca-se o apoio no processo da 1.ª revisão do PDM de Montemor-o-Velho, nos processos de Toponímia, na atribuição de n.ºs de polícia, no apoio ao fornecimento de cds do PMDFCI e apoio às restantes divisões, na elaboração de plantas.

Salienta-se, particularmente, o trabalho de levantamento e sistematização com georreferenciação dos estabelecimentos de restauração e bebidas existentes no concelho que é de extrema importância para a sistematização da informação de apoio à gestão.

Quanto à Topografia foram elaborados os seguintes levantamentos:

- Levantamento topográfico da EB1 de Verride (iniciado);
- Levantamento topográfico da ETAR da Carapinheira / Meãs;
- Levantamento topográfico da Rua da Lagoa na Portela;
- Levantamento topográfico do Parque de Negócios de Montemor-o-Velho;
- Levantamento topográfico do Loteamento Morgranja, Lda (iniciado);

- Levantamento topográfico dos novos postes de média tensão no P.L.I.A. em Arazede;
- Levantamento topográfico e implantação da Feira Anual;
- Levantamento topográfico e implantação da Feira Quinzenal;
- Levantamento topográfico para a rede de esgotos na "Vinha da Parreira" em Montemor-o-Velho;
- Apoio topográfico na E.T.A.R. de Verride;
- Levantamento topográfico de Urbanização no Casal Novo do Rio em Montemor-o-Velho;
- Levantamento topográfico de pontos georreferenciados de depósitos e captações de água: Arazede, Tentúgal, Seixo, Sargaço, Montemor, Torre e Portela;
- Levantamento de cotas para nova captação de água – Casal do Jagaz;
- Levantamento topográfico do depósito R3 – Pereira;
- Levantamento topográfico do depósito de água Tentúgal;
- Levantamento de estrada no limite de Pereira com Santo Varão – Rua do Canto;
- Medições de apoio à arqueologia;
- Início de levantamento topográfico da ciclovia norte – C.A.R. – Montemor-o-Velho;

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'Lucy' and various scribbles.



7.10 Ambiente e Obras Municipais

7.10.1 Obras e Equipamentos Municipais

No ano económico de 2014, procedeu-se à realização de diversos procedimentos de contratação pública, nos termos do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, para a realização de obras por empreitada e deu-se continuidade à fiscalização das obras já em execução.

Rede Viária

- Projeto Integrado de Regeneração Urbana de Montemor-o-Velho – Eixo Viário Pedonalizado (Ligação entre o Centro Histórico e a Frente Ribeirinha); Valor da adjudicação: 594.803,74€; Adjudicada a firma: Biltec Sociedade de Construções, Lda.; Conclusão da empreitada;

- Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca; Valor da adjudicação: 403.643,40€; Adjudicado ao consórcio: Alferope, Engenharia, Lda e Azinheiro, Sociedade de Construções, SA; A obra encontra-se suspensa na parte que respeita a Abrunheira a para ultimar os trabalhos;

- Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Montemor-o-Velho, Gatões e Seixo; Valor da adjudicação: 577.639,88€; Adjudicado ao consórcio: Alferope, Engenharia, Lda e Azinheiro, Sociedade de Construções, SA; Obra suspensa por tempo indeterminado, até que o Tribunal de Contas se pronuncie sobre o processo, só após essa pronúncia poderá o Executivo tomar decisão sobre a conclusão dos trabalhos;

- Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesia de Verride (troço da EM 601); Valor base do procedimento: 63.000,00€; Prazo de execução: 180 dias; Obra em fase de audiência prévia;

- Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Verride e Vila Nova da Barca – parte 1; Valor da adjudicação: 22.266,00€; Adjudicada à empresa Topbet - Trabalhos de obras públicas e pavimentos betuminosos, SA; Obra suspensa, desde 29 de Maio de 2013. Aguarda a execução das obras de saneamento em Verride;

- Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Arazede, Liceia e Santo Varão; Valor da adjudicação: 113.352,35€; Adjudicada à empresa: Construções J.J.R. & Filhos, SA; Em execução;

9

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "meu" and various scribbles.



- Conservação, Reparação de Estradas Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesia de Gatões (CM 1080); Valor da adjudicação: 59.921€; Adjudicada à empresa: Alferope Logística, Lda; Obra suspensa;
- Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesia de Montemor-o-Velho (reparação de rail de proteção na ex-EN 111); Valor da adjudicação: 11.730€; Adjudicada à empresa: A. M. Cacho & Brás, Lda; Obra executada;
- Arranjo Urbanístico em Liceia - Largo Amílcar Trindade; Valor base do procedimento: 86.320,00€; Prazo de execução: 150 dias; Em fase de audiência prévia;
- Arranjo Urbanístico em Pereira: Rua José Augusto Mendes dos Santos; Valor da adjudicação: 290.589,31€; Adjudicada à empresa: Civibérica – Obras Civas, SA; Prazo de execução: 12 meses; Obra em execução.

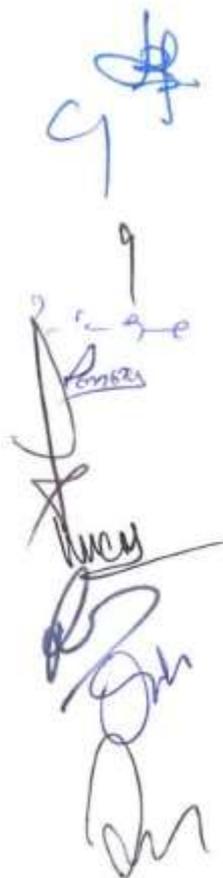
Saneamento Básico

Abastecimento de Água

- Pesquisa e Captação de Águas Subterrâneas – Construção de um furo em Tentúgal; Valor da adjudicação: 28.413 €; Adjudicada à empresa Sondalis -Captações de Água, Lda; Obra adjudicada;
- Manutenção de Reservatórios de Abastecimento de Água – Sistema de Montemor – RB – Sargaço; Valor da adjudicação: 3.485,53€; Adjudicada à empresa: Angularound Unipessoal, Lda; Obra adjudicada;

Esgotos

- Rede de Esgotos de Abrunheira (Construção); Valor da adjudicação: 1.019.340,57€; Adjudicada ao consórcio: GGC- Guilherme Gonçalves Correia & Filhos, Lda + Empreigalde, SA+ Tecmais, Lda; A conclusão dos trabalhos aguardam a execução da empreitada de “Rede de Esgotos de Abrunheira – correção de deficiências”;
- Rede de Esgotos de Abrunheira - Conclusão”; Valor da adjudicação: 69.892,98€; Adjudicada à empresa: Guilherme Gonçalves Correia & Filhos, Lda; Obra concluída, aguarda a certificação das instalações elétricas;
- Rede de Esgotos de Abrunheira (construção) - correção de deficiências; Valor da Adjudicação: 32.656,89€; Adjudicada à empresa: Guilherme Gonçalves Correia & Filhos, Lda;
- Rede de Esgotos de Verride e Vila Nova da Barca (Construção) – Conclusão - Parte 2; Valor da adjudicação – 148.590,01€; Adjudicada a empresa – Construções António Leal, Lda; Obra em execução;



Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the word 'Pereira' and several illegible signatures.

- Rede de Esgotos de Pereira – Construção de redes (Casais Velhos e Casal Minhoto); Valor da adjudicação: 197.487,67€; Adjudicada a empresa: Redáguas Sociedade de Construções, Lda; Obra executada;

Rede de Esgotos de Santo Varão e Formoselha: Fase C (redes – Zona Sul); Valor da adjudicação: 209.056,00€; Adjudicada à empresa Calado & Duarte, Lda; Obra executada, aguarda o fornecimento de energia elétrica para ensaio dos equipamentos das estações elevatórias;

- Rede de Esgotos do Moinho da Mata: Construção (redes) – Parte referente ao Areal”; Valor da adjudicação: 188.670,95€; Adjudicada à empresa: Centro Cerro – Empresa de Construção Civil e Obras Públicas, SA; Obra em execução;

- Rede de Esgotos – Construção de Câmaras de Retenção; Valor da adjudicação: 17.877,85€; Adjudicada a empresa: Isidoro Correia da Silva, Lda; Obra adjudicada.

- Rede de Esgotos de Arazede: Fase A (redes) – conclusão; Valor da adjudicação: 248.646,28€; Adjudicada à empresa Joaquim Rodrigues da Silva & Filhos, Lda; Obra adjudicada;

- Rede de Esgotos de Arazede: Fase D (redes – Gordos e Zambujeiro); Valor da adjudicação: 249.895,60€; Adjudicada à empresa Alferope Engenharia, Lda; Obra adjudicada;

- Conservação e Reparação de ETAR’s – ETAR de Pereira; Valor da adjudicação: 84.960,41€; Adjudicada à empresa Joaquim Rodrigues da Silva & Filhos, Lda; Obra em execução;

- Rede de Esgotos de Pereira (Casais Velhos e Casal do Minhoto) e rede de Esgotos de Abrunheira – construção de ligações para estações elevatórias; Valor da adjudicação: 2.604,73€; Adjudicada à empresa Helenos, SA; Rede de Esgotos de Abrunheira - construção de ligações para estações elevatórias; Valor da adjudicação: 460,46€; Adjudicada à empresa: Helenos, SA;

- Conservação e Reparação das Redes: Execução de caixas de retenção de gradados na EE inicial da ETAR da Portela; Valor da adjudicação: 1.500,00€; Adjudicada à empresa Predigandaresa Sociedade de Construções, Lda;

Outras empreitadas

- Pólo Logístico e Industrial de Arazede: Fase 1 – Parte A (Construção de Infraestruturas; Valor da adjudicação: 1.896.683,98€; Adjudicado à empresa: Terraplanagens Alferope, Lda; Obra em execução;

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below.



- Centro Náutico de Montemor-o-Velho (CAR): Fase C - UP16 (Açude Jusante), UP21A (Acesso Montante), UP22A (Acesso Norte), UP23 (Acesso Jusante), UP33N (Ciclovia Norte), UP41 (Cortina Arbórea) e UP61 (Barreira de Vento), Fase D – UP31 (Entrada Jusante) Fase I (Pista de Atletismo); Valor da adjudicação: 3.725.984,68€; Adjudicada à empresa Terraplanagens Alferope, Lda; Obra em execução fase I (Pista de Atletismo);
- Projeto Integrado de Regeneração Urbana de Montemor-o-Velho: Eixo Viário Pedonalizado - Ligação entre o Centro Histórico e a Frente Ribeirinha e Centro Náutico de Montemor-o-Velho: Fase I Pista de Atletismo – Construção do Sistema de Rega – ajuste direto; Valor da adjudicação: 52.272,90 €; Adjudicada à empresa Prilux, Lda; Obra em execução;
- Requalificação do espaço para o novo recinto da feira municipal – construção; Valor da Adjudicação: 140.472,93€; Adjudicada à empresa Azinheiro 1929 – Engenharia, SA; Obra em fase de conclusão;
- Sintético de Montemor-o-Velho (construção); Valor da adjudicação: 277.638,53 €; Adjudicado à empresa: Centro Cerro, SA; Obra executada;
- Modernização Administrativa e Criação do Balcão Único – Obras de remodelação e adaptação do edifício; Valor da Adjudicação: 23.134,14€; Adjudicada à empresa Angularound Unipessoal, Lda; Obra em execução;
- Modernização Administrativa e Criação do Balcão Único – Obras de remodelação e adaptação do edifício: fase A; Valor da Adjudicação: 5.853,54€; Adjudicada à empresa Angularound Unipessoal, Lda; Obra em execução;
- Modernização Administrativa e Criação do Balcão Único – instalações sanitárias; Valor base do procedimento: 10.570 € + IVA; Em fase de concurso.

Prestação de Serviços

- Fornecimento de energia elétrica para instalações alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN), para o ano de 2015;
- Fornecimento de energia elétrica para instalações alimentadas em Baixa Tensão Especial (BTE), para o ano de 2015;
- Fornecimento de energia elétrica para instalação alimentada em Média Tensão (MT), para o ano de 2015;
- Prestação de serviços de limpeza de edifícios do Município de Montemor-o-Velho;
- Fornecimento de energia elétrica para instalações em BTE (ciclo diário) – Lote 2, para o grupo hidropressor de Arazeide;



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller signatures and markings below it.



- Fornecimento de energia elétrica em Baixa Tensão Normal (BTN) para iluminação pública (IP);
- Fornecimento de gás, ao abrigo do Acordo Quadro promovido pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra;
- Controlo da qualidade da água para 2015 – análises da água para consumo humano;
- Exploração, Manutenção e Conservação das Etar's e Estações Elevatórias do Concelho de Montemor - 2015;
- Acompanhamento da prestação de serviços do Engenharia Eletromecânica – sistemas de Abastecimento de Água, implementação de medidas de eficiência energética;
- Acompanhamento da prestação de serviços do Engenharia Eletromecânica – AREAC – edifícios municipais AVAC e eficiência energética.

Outras atividades

Fiscalização dos parques infantis da responsabilidade da Câmara Municipal no âmbito do Decreto – Lei nº 379/97 de 27 de Dezembro.

Candidaturas

- Prestação de esclarecimentos ao POVT no âmbito das candidaturas de saneamento de águas residuais;
- Prestação de esclarecimentos ao MAIS CENTRO no âmbito das candidaturas de financiamento.

Energia

- Início do procedimento “Programa Experimental de instalação de LED’S”, na Av. Fernão Mendes Pinto;
- Projeto GEO.IP – início de implementação de medidas de poupança energética na Iluminação Pública (IP), foram desligadas luminárias em zonas florestais e parque edificado, locais sem passeios ou habitantes e em propriedades privadas;
- Início da realização de diagnósticos energéticos em equipamentos municipais – Edifícios (CAR, Câmara Municipal, Biblioteca, Pavilhão e Piscina) e Instalações de Abastecimento de Água e Estações Elevatórias com vista à implementação de medidas de eficiência energética;

g
? →
2015
meu
2015

Obras com receção Provisória

- Conservação e Reparação das Redes: Execução de caixas de gradagem na EE de Vale de Louro em Montemor-o-Velho”;
- Centro Náutico de Montemor (CAR): Acesso Jusante (UP23), Entrada Jusante (UP31) e Ilhas (UP42)” - Infraestruturas elétricas – Conclusão;
- Centro Náutico de Montemor-o-Velho (CAR): Fase B - UP32A (Entrada Montante), UP 33S (Ciclovia Sul), UP43 (Cais - apenas a parte referente à praça) e UP 42 (Ilhas) receção provisória parcial da obra;
- Centro Náutico de Montemor-o-Velho (CAR: Fase V – UP11 (Vala da Cova);
- Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Arazede e Ereira;
- Eixo Viário do Sistema Urbano do Vale: Ligação entre a Rotunda da Feira e o Centro de Exposições (Pavilhão Multiusos-Troço da Rotunda até ao Campo de Rugby) – Conclusão;
- Conservação e Reparação de Estradas Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesia de Pereira” – Ajuste Direto;
- Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesia de Montemor-o-Velho (pavimentos em calçada);
- Rede de Esgotos da Portela (Zonas Limítrofes): Fase B – ETAR;
- ETAR para Esgotos Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca - Conceção e Construção;
- Rede de Esgotos de Verride e Vila Nova da Barca (Construção) - Conclusão - Parte 1;
- Sintético de Pereira (construção).

Obras com receção definitiva

- Conservação e Reparação de Arruamentos nas Povoações: Freguesias de Arazede e Tentúgal;
- EM 335-1 Entre Arazede e Volta da Tocha;
- Conservação e Reparação de Estradas e Caminhos Municipais: Freguesia de Tentúgal;
- Conservação e Reparação de Estradas e Caminhos Municipais: Freguesia de Carapinheira (semaforização do cruzamento da Bolêta/Carapinheira).



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '9' and the name 'F. Mendes'.

7.10.2 Conservação de Infraestruturas e Estaleiro Municipal

Prestação de apoio às Juntas de Freguesia com a cedência de máquinas e equipamento diverso, no âmbito dos acordos de execução elaborados.

Os serviços operacionais asseguraram ainda:

- Desmatção de bermas e taludes em conservação de vias municipais;
- Conservação e manutenção de estradas e caminhos municipais, incluindo sinalização vertical e horizontal e tapamento de buracos e rasgos com massa asfáltica a frio;
- Construção de coletores de saneamento e ramais de água e saneamento;
- Manutenção e conservação dos sistemas de captação e distribuição de água;
- Manutenção e conservação dos sistemas de recolha e tratamento de águas residuais;
- Montagem e desmontagem de contadores na rede de abastecimento;
- Manutenção e conservação do parque edificado municipal, com especial destaque para as obras realizadas no edifício dos Paços do Concelho;
- Manutenção/recuperação do equipamento (viaturas e/ou máquinas) existente;
- Apoio logístico a eventos municipais;
- Início da construção da conduta de ligação entre o reservatório do PLIA e o R1 do Meco.

7.10.3 Ambiente e Espaços Verdes

Qualidade de Água

- Qualidade de Água para Abastecimento Público – realização de todos os procedimentos estabelecidos no decreto-lei nº 306/2007 de 27 de Agosto, nomeadamente, acompanhamento do Plano de Controlo de Qualidade da Água 2013, verificação da qualidade da água para consumo, de acordo com os resultados das análises quinzenais, e seguimento dos incumprimentos verificados, acompanhamento de programas de controlo operacional aos sistemas de abastecimento de água e elaboração dos Relatórios Trimestrais da Qualidade de Água;
- Preenchimento e submissão "Introdução de Dados da Qualidade da Água – IDQA 2013" no portal ERSAR;

Colaboração com a Autoridade de Saúde concelhia para a vigilância sanitária;

- Elaboração do Plano de Controlo de Qualidade da Água para 2014 e submissão à Entidade Reguladora de Águas e Resíduos, com a respetiva aprovação.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large signature and some illegible scribbles.

ETAR's

- No que se refere às Estações de Tratamento de Águas Residuais e às Estações Elevatórias, foram analisadas mensalmente os desempenhos das mesmas, com vista à correção das anomalias existentes, nomeadamente nas estações elevatórias associadas ao sistema de saneamento de águas residuais;
- Realização dos procedimentos essenciais para o envio dos elementos necessários solicitados pela ARH Centro com vista ao licenciamento do domínio hídrico.

Taxa de Recursos Hídricos

Cálculo da Taxa de Recursos Hídricos de 2012 de acordo com o Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de Junho, que estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos, disciplinando a taxa de recursos hídricos (TRH). Neste âmbito, os Serviços procederam ao cálculo da respetiva Taxa de Recursos Hídricos, que visa compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico, o custo ambiental inerente às atividades suscetíveis de causar um impacto significativo nos recursos hídricos, bem como os custos administrativos inerentes ao planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade das águas.

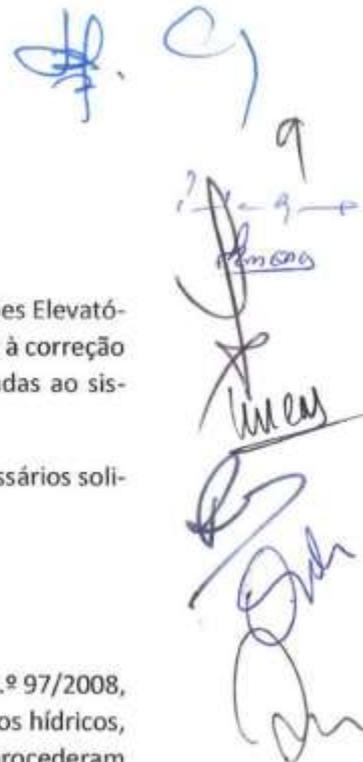
Resíduos

- Preenchimento e consequente submissão do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) no portal SIRAPA (APA);

Acompanhamento e monitorização do sistema de gestão de RSU do Concelho de Montemor-o-Velho.

Serviços de Abastecimento e Saneamento

- Cálculo dos indicadores de 2ª geração no âmbito da avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores relativo ao ano de 2012. Acompanhamento da auditoria e audiência prévia;
- Cumprimento do normativo legal em vigor relativo ao serviço de abastecimento público de água, drenagem de águas residuais e RU utilizando as ferramentas *online* "Portal Ersar", "SILIAmb".



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and some illegible scribbles.



Outros

- Adesão à iniciativa "A Hora do Planeta 2013", que é a maior à escala mundial de luta contra as alterações climáticas;
- Realização dos procedimentos para o licenciamento ambiental, relativo ao Domínio Hídrico das redes de esgotos domésticos, na plataforma da APAmbiente - SILIAmb.

Com especial relevo podemos destacar:

- A proposta final de Regulamento de Água e do Serviço de Saneamento e de Águas Residuais do Município de Montemor-o-Velho aprovada em reunião do Executivo Municipal de 17/11/2014 e submetida em Assembleia Municipal em 18 de Dezembro de 2014;
- O novo modelo tarifário para o serviço de abastecimento de água e recolha de águas residuais bem como tarifário dos serviços auxiliares;
- As obras de intervenção na Rotunda do Tribunal tendo em vista a sua beneficiação e em simultâneo a redução de consumo de água e redução dos custos com a manutenção dos espaços verdes existentes (com a redução da área verde);
- Execução dos estudos/projetos para a intervenção na Rotunda da Inês e Rotunda do Rosmaninhal.

g
2
10/6/20
Muly
S
M



8- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício económico de 2014 verificou-se um Resultado Líquido do Exercício (RLE) positivo no montante de 532.119,94€ (conforme descrito nas demonstrações financeiras).

Assim, e de acordo com o previsto no ponto 2.7.3.1 do Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), importa propor ao órgão deliberativo a sua aplicação.

Atendendo a que a conta 59 “Resultados Transitados” apresenta um saldo negativo, superior ao RLE, deverá este resultado ser transferido na sua totalidade para a conta 59 em cumprimento do normativo legal.

9 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram quaisquer factos relevantes após o termo do exercício que impliquem qualquer correção ou mereçam divulgação.

10- AGRADECIMENTOS

O Executivo Municipal aproveita este relatório para agradecer ao Auditor Externo pelos valiosos conselhos e auxílio prestado no ano de 2014, e ao Auditor Interno pelo acompanhamento próximo dos nossos serviços municipais.

Gostaríamos ainda de expressar a nossa gratidão aos nossos fornecedores, prestadores de serviço, instituições financeiras, associações e juntas e freguesia pela confiança mais uma vez demonstrada na nossa organização.

Finalmente, gostaríamos de expressar a nossa gratidão a todos os colaboradores, que constituem o recurso mais valioso da autarquia e que demonstraram uma notável capacidade de trabalho, flexibilidade e espírito de equipa, cujos esforços se encontram claramente na base dos resultados alcançados durante o ano.

Montemor-o-Velho, 15 de abril de 2014



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large '9' at the top, a question mark, and several illegible signatures.

